



1290001148



FE

TCC/UNICAMP Si38f

Simone Cristina Colodini Fonseca da Silva

Formação do Professor em Educação Especial

Campinas – 1998

Simone Cristina Colodini Fonseca da Silva

Formação do Professor em Educação Especial

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como exigência parcial para o curso de Pedagogia, com habilitação em Administração Escolar da Faculdade de Educação - UNICAMP, sob orientação da Prof. Dra. Maria Teresa Penteado Cartolano.

Campinas - 1998

| | |
|--------------|---------------|
| UNIDADE..... | FE |
| Nº CHAMADA: | TCC - UNICAMP |
| | Si. 3.8 f |
| V:..... | X:..... |
| TOMBO:..... | 1138 |
| PROC:..... | 117/2004 |
| C:..... | D: X |
| PRECI | |
| DATA:..... | 29.01.04 |
| Nº CPD:..... | Bib = 308381 |

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA
DA FACULDADE DE EDUCAÇÃO/UNICAMP**

Si38f

Silva, Simone C.C. Fonseca da.
Formação do professor em educação especial / Simone
C.C. Fonseca da Silva. -- Campinas, SP : [s. n.], 1998.

Orientador : Maria Teresa Penteado Cartolano.
Trabalho de conclusão de curso - Universidade Estadual
de Campinas, Faculdade de Educação.

1. Deficiência. 2. Educação especial - Brasil.
3. Professores - Formação. I. Cartolano, Maria Teresa Penteado. II. Universidade Estadual de Campinas. Faculdade de Educação. III. Título.

ORIENTADORA: Prof. Dra. Maria Teresa Penteado Cartolano

2ª. Leitora: Prof. Dra. Helena Costa Lopes de Freitas

Dedico...

Aos meus pais Severino (in Memoriam)
Lázara

Aos meus irmãos Edivan, Andréia e Gilmar.

A Fernando meu marido.

À minhas amigas Joelma e Cida.

À Elaine , Isabella e Giovane.

E a minha nova família de Uberaba.

Agradeço a Deus que me deu saúde , sabedoria e persistência para concluir este curso de graduação e por mais esta vitória em minha vida.

À minha mãe pelo incentivo e por ter dedicado grande parte de sua vida á minha educação. Ao meu pai, que mesmo ausente, se fez presente.

Aos meus irmãos que sempre me ajudaram.

A meu marido pela paciência e pelo carinho que tem me dedicado.

Aos meus amigos pelo apoio e estímulo.

À professora Dedê que sempre com carinho me incentivou nas horas mais difíceis.

À professora Helena de Freitas por me emprestar os materiais necessários.

Aos alunos e professores entrevistados.

Aos funcionários da Faculdade de Educação, em especial ao Ademilson da sala de Micros, que com bondade me auxiliou num dos momentos mais difíceis , a impressão final do TCC.

A família Yanssen pelo carinho e amizade .

Agradeço a todas as pessoas que estiveram ao meu lado e presentes durante essa etapa da minha vida, sempre procurando me auxiliar de forma direta ou indiretamente.

Sem vocês não seria possível a conclusão desse trabalho.

Muito Obrigada !

"Não é possível recriar a Escola se não se modificam o reconhecimento e as condições de trabalho dos professores"...

Fernando Hernández

Sumário

| | |
|--|----|
| Introdução | 01 |
| Origem da Pesquisa..... | 02 |
| O Caminho Percorrido..... | 04 |
| O que é Deficiência..... | 07 |
| Um Breve Histórico..... | 12 |
| O Surgimento da Educação Especial no Brasil..... | 17 |
| Pesquisa..... | 30 |
| Entrevistas..... | 42 |
| Análise dos Questionários..... | 49 |
| Considerações Finais..... | 54 |
| Referência Bibliográfica..... | 56 |
| Anexo..... | 59 |

Introdução

A situação da formação do professor no Brasil é uma questão muito delicada. Para melhor analisá-la seria necessário levantar vários dados, a fim de compreendê-la.

Sendo assim, o presente trabalho tenta retratar como é a formação do professor para a educação especial, como ela surgiu no Brasil quais são os meios legais em que ela se fundamenta, quais foram as instituições responsáveis por esta conquista e o que o governo tem feito em relação a esta questão. Mas antes temos que entender e compreender como surgiu a escola normal no Brasil, a quem ela era destinada, quem era a sua clientela e como ela começou a perder seu prestígio, uma vez que ela sempre foi responsável pela formação do professor comum, e também do professor para classe especial, uma vez que na época (1850),ela era a única opção de escolarização pelo menos aqui no Brasil.

Também é necessário estar a par do que vem a ser deficiência, como ela é considerada por alguns autores e entender o conceito que se tem dado a ela pelo governo e pela ONU. É indispensável conhecer alguns tipos de deficiências.

A pesquisa é baseada em leituras, entrevistas com alguns alunos da Faculdade de Educação com habilitação em Educação Especial, alguns professores universitários, e de todo conteúdo que pude acumular durante o curso de Pedagogia, e também durante as experiências vivenciadas no decorrer de toda a minha vida acadêmica e como aluna estagiária do curso de Magistério.

Este trabalho não está completo, pois nem poderia, vemos que a formação de professores é uma questão que está em aberto. Todos os dias ficamos sabendo de alguma lei que mudou, que está havendo algumas mudanças significativas, por esse motivo não posso colocar um ponto final em meu trabalho, seria necessário concluí-lo ao longo dos anos, mas como o tempo foi pequeno só pude chegar até aqui.

Espero que ele possa ajudar as pessoas de alguma forma.

Origem da Pesquisa

A trajetória desta pesquisa teve início quando eu fazia o curso de Magistério numa escola pública em Sumaré: e foi através das experiências vivenciadas como aluna estagiária que tive vontade de entender mais sobre a formação de professores, especialmente sobre a formação destes para a educação especial.

Tudo começou quando eu estava fazendo estágio e me pediram para que eu fosse tomar conta de uma classe especial, pois a professora havia faltado e não havia substituta na escola, e seria muito difícil encontrar outra naquele momento. Como eu era estagiária tive que enfrentar o desafio. Cheguei à sala e fiquei muito decepcionada, pois as crianças não possuíam apenas distúrbios de aprendizagem, mas deficiências mais sérias: algumas eram surdas-mudas, outras tinham algum tipo de deficiência física, juntamente com deficiência mental. Isto causou-me um choque muito forte! Como eu poderia fazer algo naquele momento, se não tinha nenhum conhecimento sobre pessoas portadoras de necessidades especiais!

Fiquei com esta sala o período todo, junto com outra estagiária que também não sabia o que fazer ; não entendíamos o que algumas crianças queriam fazer, foi uma experiência terrível! A partir de então, comecei a pensar mais sobre a formação de um professor para atuar junto a essa clientela.

Como uma pessoa com formação obtida no magistério de 2º grau, poderia dar aulas para uma classe especial sem conhecer a realidade do excepcional? Foi o que presenciei em uma instituição na qual, estas classes tinham sido assumidas por colegas do curso de magistério, que haviam prestado concurso Municipal.

A minha indagação surgiu, então, a partir dessa situação concreta: como as professoras poderiam ensinar tais crianças, se não tinham uma formação que lhes tivesse dado uma base teórica e prática para trabalhar com crianças especiais ? Elas, como eu, estávamos preparadas para atuarmos como professoras de uma sala de aula de crianças consideradas normais; e além disso, nossa formação no curso normal havia sido bastante superficial e fragmentada.

Através destas experiências e da disciplina Fundamentos da Educação Especial, cursada no segundo semestre de 1996, senti a necessidade de pesquisar a formação do professor para a educação especial.

Foi assim, que decidi investigar esse problema. Como se orienta esse professor? Qual deve ser sua formação e a que nível ela deve se dar.

O objetivo desta pesquisa é tentar retratar qual é a situação das classes especiais e através da pesquisa mostrar qual deve ser o nível de escolaridade para se formar um bom professor para atuar em classe especial.

O Caminho Percorrido

Depois de escolher o que pesquisar, delimitar o problema e indicar os objetivos da investigação foi a vez de pensar em estruturar a minha pesquisa. Através das leituras e estudos realizados no decorrer do curso, de Pedagogia, pude entender que para realizá-la é necessário levantar dados, mostrar evidências e as informações coletadas sobre o assunto confrontando-as com o conhecimento teórico já acumulado por mim; além disso, é fundamental, ainda, escolher uma metodologia que esteja de acordo com o que será pesquisado.

Sendo assim optei, na minha investigação, por usar uma metodologia de abordagem qualitativa que está mais coerente com a realidade a ser pesquisada, uma vez que envolve exploração, decisão e descoberta. Na fase inicial da exploração selecionei e defini o problema e escolhi o universo a partir do qual levantei os dados: trabalhei nesta pesquisa, tanto com alunos egressos do curso de Pedagogia, habilitação Educação Especial, como com alguns professores universitários engajados nesta habilitação. Segundo Lüdke e André, são “essas primeiras indagações (que) orientam o processo de coleta de informações e permitem a formulação de uma série de hipóteses que podem ser modificadas à medida que novos dados vão sendo coletados”. (1986: p.16).

Ainda, como parte da metodologia utilizada selecionei, nos questionários aplicados aos egressos e nas entrevistas realizadas com os professores, os dados mais significativos para compreender e interpretar o meu problema, utilizando para isso, o quadro teórico, constituído a partir das leituras e estudos que havia feito sobre o assunto.

A descoberta ou a produção de um novo conhecimento, envolve a discussão de um quadro teórico, a partir do qual serão confrontados os dados levantados pela pesquisa. Assim, “analisar os dados qualitativos significa trabalhar todo o material obtido durante a pesquisa, ou seja, os relatos de observação, as transcrições de entrevistas, as análises de documentos e as demais informações disponíveis”. (Lüdke e André, 1986 p.45)

Esta metodologia ajudou-me a compreender melhor o meu problema e ofereceu - me uma visão mais ampla sobre o como fazer uma pesquisa na abordagem qualitativa.

Depois de ter elaborado a estrutura de minha pesquisa, busquei a orientação junto ao professor da disciplina cursada (Fundamentos da Educação Especial) e iniciei o trabalho. O primeiro passo percorrido foi a elaboração e o envio de um questionário a todos os alunos formados nos anos de 1995,1996 e 1997 do curso de Pedagogia, habilitação Educação Especial da Faculdade de Educação, da UNICAMP. Para elaborá-lo levantei junto à Coordenação de Pedagogia, alguns dados sobre os egressos tais como: nome, endereço e telefone além do número total de formandos. Assim, o universo da pesquisa a minha população ficou composto de 14 sujeitos sendo: 11 alunos formados em 1995, em 1996 não houve formandos, e 3 alunos, em 1997.

Quanto aos itens do questionário, foram elaborados de modo que as respostas a eles pudessem me fornecer subsídios para a reflexão sobre a formação do profissional para a educação especial. - como ele avalia a sua própria formação. Depois de elaborado, o instrumento de coleta foi enviado pelo correio a todos os sujeitos mas nem todos retornaram: dos 14 questionários somente 6 foram devolvidos . Diante disso decidi pesquisar alguns professores da rede pública de ensino que tivessem formação em educação especial ou que dessem aula para classe especial, a fim de obter mais dados sobre a referida formação. Foram então enviados 8 questionários e destes, somente 1 foi devolvido.

Além disso, entrevistei sobre o tema duas professoras universitárias que me puseram a par não só, da nova estruturação do Curso de Pedagogia- UNICAMP, como também, das novas propostas de formação do profissional para a educação especial.

Assim, a partir dos dados da realidade empírica fui estruturando este meu trabalho. A fim de complementar aqueles referentes à formação dos professores que trabalham com educação especial procurei a Secretaria de Educação Especial do MEC, em Brasília, DF, a fim de obter, então, os dados oficiais a respeito: números de alunos em atendimento no país e de professores habilitados atuantes na rede pública. A esse respeito, foram as

seguintes as informações obtidas. Existem 334.507 excepcionais em atendimento em todo o país e 2.037 professores habilitados em curso superior; destes, somente 985 estavam cadastrados até o momento da realização desta pesquisa. (agosto /98)

E foi assim, através de uma longa caminhada e de encontros e desencontros que fui elaborando este meu trabalho.

O que é Deficiência ?

Para melhor compreender a formação do professor em educação especial, é necessário observar a sua formação para a classe comum ou regular e analisar as diferenças. Sendo assim, farei num primeiro momento algumas considerações sobre o conceito de deficiência ou excepcionalidade, para a seguir apresentar um breve histórico sobre o surgimento da escola normal no Brasil, sua clientela, e sua contribuição para formação do professor, não só o da classe regular, como aquele para a educação especial. É importante lembrar que os primeiros professores para educação especial foram formados pelos antigos cursos normais.

Para conceituar o que é deficiência de um modo mais condizente com as explicações científicas, várias definições têm sido propostas. Mas analisarei aqui apenas algumas que estão dentro das abordagens médica e da social.

Para Sarason (apud, Caiado, 1993 p. 20), "Deficiência refere-se à condição em que o indivíduo é socialmente inadequado, como resultado de defeito intelectual reflexo de um dano no SNC (sistema nervoso central), dano esse, essencialmente incurável. Esta condição ou é congênita ou adquirida pouco tempo após o nascimento". O autor aponta a deficiência como um fenômeno resultante de alterações orgânicas variadas, tendo como consequência as alterações intelectuais.

Omote, diz que "havendo alguma evidência orgânica nos indivíduos considerados deficientes, o déficit em seu desempenho não pode ser atribuído apenas ao elemento patogênico, pois frequentemente eles desenvolvem um sentido de inferioridade que os incapacita ainda mais". O autor também coloca que "as diferentes deficiências têm sido em larga extensão abordadas do ponto de vista médico, que as considera basicamente, como resultado da presença de algum elemento patogênico no organismo". (1979: p.100). Sendo assim, uma pessoa é deficiente porque alguma coisa não está funcionando direito ou está faltando no seu organismo. Dessa forma, a origem da deficiência está na própria pessoa, e ela é deficiente porque é portadora de algum elemento patogênico causador da deficiência. Mas, a deficiência, qualquer que seja a sua natureza, é um

fenômeno muito mais amplo e complexo que a noção médica a seu respeito sugere; a deficiência não é característica apenas do indivíduo considerado deficiente: uma pessoa é deficiente se assim for considerada por outros.

Sendo assim, a deficiência é uma e são várias, pois ao longo da história, nas diferentes sociedades, há uma grande variação nos critérios qualitativos (tipo de características) e quantitativos (grau de diferença), (Ferreira, 1982), que definem uma pessoa como deficiente, como alguém que se distancia dos padrões de normalidade, a ponto de necessitar de cuidados especiais.

Ferreira, diz que " o próprio conceito de deficiência é contemporâneo, controvertido e não - universal. É deste século a noção de agrupar sob o mesmo rótulo pessoas com habilidades intelectuais destacadas e com atrasos intelectuais (...). Nem todas as deficiências constitucionais do organismo traduzem-se em deficiência. Tipicamente a diferença ou deficiência que transforma o que é diferente em deficiente, tem a ver com os processos de autonomia e independência pessoal e, principalmente, produtividade . Assim, destacam-se itens que se relacionam com demandas específicas de adequação às normas sociais; em termos de interação social, de adaptação ao mercado de trabalho".(1982: p.22)

A deficiência tem como conceito bastante difundido aquele da Declaração dos Direitos das Pessoas Deficientes aprovada pela Organização das Nações Unidas, em 1975: "O termo pessoa deficiente refere-se a qualquer pessoa incapaz de assegurar por si mesma, total ou parcialmente, as necessidades de uma vida individual ou social normal, em decorrência de uma deficiência, congênita ou não, em suas capacidades físicas ou mentais". (ONU, Declaração dos Direitos da Pessoas Deficientes, apud Ribas, 1983 : p.10).

Como vemos, a deficiência é considerada por esses autores e pela ONU como um desvio dos padrões estabelecidos pela sociedade: quando uma pessoa não corresponde a este padrão, é diferente, ela acaba sendo considerada como uma pessoa deficiente, não importando as suas outras capacidades e habilidades.

A Política Nacional de Educação Especial, da Secretaria de Educação Especial, do MEC, (1996), descreve alguns tipos de deficiências, tais como seguem:

Deficiência mental : caracteriza-se por funcionamento intelectual geral significativamente abaixo da média, que se origina no período de desenvolvimento existindo , concomitantemente, com limitações associadas a duas ou mais áreas da conduta adaptativa ou da capacidade do indivíduo em responder adequadamente às demandas da sociedade, nos seguintes aspectos:

- comunicação:
- cuidados pessoais:
- habilidades sociais:
- desempenho na família e comunidade:
- saúde e segurança:
- desempenho escolar:
- independência na locomoção:
- lazer e trabalho

Deficiência visual - redução ou perda total da capacidade de ver, ela manifesta-se como:

- cegueira , perda da visão, em ambos os olhos:
- visão reduzida, miopia, hipermetropia, etc.

Deficiência auditiva - é a perda total ou parcial , congênita ou adquirida da capacidade de compreender a fala , através do ouvido, ela manifesta como:

- surdez leve / moderada:
- surdez severa / profunda;

Deficiência física - é uma variedade de condições não sensoriais que afetam o indivíduo em termos de mobilidade, de coordenação motora geral e da fala, como decorrência de lesões, sejam neurológicas, neuromusculares, ortopédicas, ou ainda, de más formações congênicas ou adquiridas;

Deficiência múltipla - é a associação no mesmo indivíduo, de duas ou mais deficiências primárias (mental, visual, auditiva, física), com

comprometimentos que acarretam atrasos no desenvolvimento global e na capacidade adaptativa;

Condutas típicas - manifestações comportamentais típicas de síndromes de quadros psicológicos, neurológicos ou psiquiátricos e que ocasionam atrasos no desenvolvimento e prejuízos no relacionamento social:

Alta habilidade - notável desempenho e elevada potencialidade em qualquer dos seguintes aspectos isolados ou combinados:

- capacidade intelectual geral;
- aptidão acadêmica específica;
- capacidade de liderança;
- talento para artes;
- capacidade psicomotora.

Como vimos, são muitas as definições de Deficiência, cada uma privilegiando um ou outro aspecto da excepcionalidade. Não podemos negar a sua determinação orgânica, porém, é importante salientar que o social poderá contribuir para acentuá-la ou até para "produzir" (pseudo) deficientes.

Padilha, diz que ser "chamado de "deficiente mental" significa estar ideologicamente marcado para sê-lo ." (1994: p. 13). Para Bakhtin, a palavra não só representa, ela faz com que seja. (Bakhtin, M., Marxismo e Filosofia da Linguagem, 1992, apud, Padilha , A .M. L. , O Encaminhamento de Crianças para Classe Especial, 1994 : p.13).

Vários são os casos em que a deficiência é acentuada socialmente. A esse respeito, podemos encontrar os relatos de Goffman (1988: p. 11 – 51). Um cego nos fornece um relato onde vemos , como a deficiência pode ser vista como fonte de discriminação social:

"Minhas perguntas sobre um cachorro - guia foram polidamente deixadas de lado. Outro assistente social cego encarregou-se de me mostrar o lugar . Visitamos a biblioteca Braille, as salas de aula, os salões do clube onde se reuniam os membros cegos dos grupos de música e teatro: a sala da recreação onde, em ocasiões festivas, os cegos dançavam, as quadras de jogos onde eles jogavam, o restaurante onde todos se reuniam para as refeições, as enormes oficinas onde trabalhavam para a subsistência

fazendo panos de chão e escovas, tapetes, ou empalhando cadeira. À medida que passávamos de um cômodo a outro, eu podia ouvir o barulho dos pés que se arrastavam, vozes e segregados dos que não enxergavam - um mundo completamente diferente, segundo me afirmou o assistente social, do que eu acabava de deixar...

Esperavam que eu integrasse esse mundo, que desistisse de minha profissão e ganhasse a vida fazendo panos de chão. A Casa da Luz ficaria muito feliz em me ensinar a fazê-los. Meu destino era passar o resto de minha vida fazendo panos de chão com outras pessoas cegas, comendo com outras pessoas cegas e dançando com outros cegos. Na medida em que esta imagem crescia em minha mente, o medo me dava náuseas. Eu nunca havia me deparado com uma segregação tão destrutiva". (Goffman, 1988: p. 47). Assim, vemos que as pessoas que possuem algum tipo de deficiência são deixadas de lado, como se não servissem mais para nada, e que não pudessem participar do mundo dos "normais".

Daí a importância de conhecermos um pouco da escola normal que até pouco tempo atrás era a responsável pela formação dos professores do magistério de 1ª à 4ª séries e inclusive para as classes especiais, que recebem ainda muito desses alunos "ditos" deficientes.

Um Breve Histórico.

“A primeira escola normal do Brasil, surgiu em 04 de abril de 1835¹ Niterói RJ , e foi suprimida em 1840, com 14 alunos formados e apenas 11 alunos com dedicação ao magistério . Recriada em 1859 pela Lei nº1127 de 04 de fevereiro de 1859, funcionou com cursos de 3 anos de duração” (Costa, 1997 p. 43). A partir desta data novas escolas foram criadas em todo país, todas elas públicas e regidas por legislações estaduais específicas, uma vez que não havia uma organização nacional.

Neste período a escola era destinada apenas aos homens, pois o papel da mulher era o de cuidar do marido, dos filhos e da sua casa. Somente a partir do século XX é que as mulheres conseguem frequentar a escola, em especial a Escola Normal.

As primeiras alunas a frequentar a Escola Normal eram filhas de fazendeiros e ricos comerciantes o que a caracterizou como uma escola “elitista” (ANAIS – ÁGUAS DE SÃO PEDRO 1994, p.23); esta era a única escolarização da época e era destinada apenas a uma pequena parte da sociedade. Era uma escola de alto nível intelectual, reprodutora de um clima cultural típico de uma sociedade agrária e pré – industrial e tinha como base um currículo humanista tradicional. Era destinada apenas à elite agrária, pois o restante da população trabalhava no campo e na lavoura de café e não tinha o privilégio de estudar ou condições para enviar seus filhos à escola.

A partir de 1930, o setor cafeeiro entra em crise, atingindo profundamente as bases da sociedade agrária e, neste contexto, atingindo, também, a Escola Normal; a produção industrial começou a crescer, e a escola teve que se adequar ao novo modelo econômico. A partir de então, ela saiu à procura de novos modelos tentando, de alguma forma, incorporar o trabalho industrial como novo princípio pedagógico.

“Assim, a hegemonia absoluta de um determinado modelo pedagógico, aquele que vincula cultura e escola aos valores do humanismo clássico tradicional , é posto em discussão a partir de então (...)”. (ANAIS ÁGUAS DE SÃO PEDRO 1994: p.25). Tudo isso vinha em decorrência do

¹ Há uma dúvida a respeito da data da primeira escola normal do Brasil: segundo Pimenta, (1990: p.92) a primeira escola normal do Brasil foi inaugurada em 1833.

fortalecimento da indústria que cada vez mais relaciona ciência, tecnologia e produção .

Portanto, com este novo modelo econômico, houve uma transformação muito grande na escola, uma vez que teve que adequar-se aos novos modelos educacionais que, a partir de então, voltaram-se também para o lado da indústria, exigindo escolas técnicas com diversos cursos profissionalizantes. E com a industrialização em crescimento, a Escola Normal começava a perder seu prestígio, deixando de ser a única opção de escolarização.

Com o crescimento da industrialização e a necessidade de formação de mão de obra para esse trabalho, as pessoas que estavam no campo vão para as cidades expandindo-se a zona urbana e gerando, em conseqüência , um enorme crescimento da população urbana; há também a necessidade da escolarização desse pessoal para o trabalho, o que provoca um rápido e grande crescimento da população escolar, comprometendo assim, toda a estrutura escolar . Os prédios que antes eram destinados à formação de professores começaram a abrigar outros cursos , pois com o grande impacto da expansão escolar , a escola teve que resolver, de qualquer maneira e sem qualquer tipo de estrutura e planejamento, o problema de vagas para esta população. Houve um grande número de matrículas no ensino fundamental e médio, aumentando-se também os turnos na escola e as classes superlotadas; incentivou-se o ensino supletivo e o curso normal, que foi oferecido também no período noturno, a fim de dar novas oportunidades de estudo e formação para aqueles que já estavam no mercado de trabalho. Em decorrência disso a qualidade de ensino acabou comprometida pois, se de uma lado democratizou o acesso a escola, esqueceu – se de outro o de cuidar da manutenção do prédio escolar, da organização do trabalho pedagógico e, principalmente, da formação e da qualificação dos professores.

A esse respeito, “a opinião mais recente é a de que o rebaixamento da qualidade de ensino da Escola Normal deveu-se à difusão e à diversificação do ensino médio, ao fim do exame de seleção de alunos aos cursos noturnos, ao desprestígio da profissão de professor e aos baixos salários ”(ANAIS ÁGUAS DE SÃO PEDRO 1994: p. 28).

É a partir da década de 30, que o descaso com a profissão começa a ser mais forte. O curso normal começou a ser visto como uma profissão mais adequada à mulher. A feminização do curso surgiu principalmente a partir da industrialização, uma vez que os homens passaram a trabalhar nas indústrias e a procurar estudos que lhes ajudassem nesse seu trabalho. Através desse processo de feminização vemos que ocorrem algumas mudanças na sociedade. Essa feminização pôde ser atribuída a alguns fatores, dentre os quais citamos: a industrialização e os baixos salários. SFORNI, acredita que a crença na feminização do magistério é fato recente e se deve aos baixos salários, historicamente decrescentes."(1997: p. 182). Através disto, a difícil condição de vida consequente desses baixos salários teria afastado o homem do magistério e atraído a mulher, pela possibilidade que a docência representa, para ela, de conciliar as funções domésticas com um trabalho de meio período, exercido fora do lar, capaz de complementar, assim, o orçamento da família. Outra explicação seria o movimento de luta pela emancipação da mulher.(1997: p.182).

Sendo assim, com baixos salários oferecidos o homem deixa de lado essa profissão e vai procurar emprego nas indústrias. Observa-se que a partir deste momento, a clientela do curso normal muda, pois quem frequentava este curso já não era mais a moça da elite e sim aquela que busca de fato uma profissão. Este descaso com a educação influi tanto na qualidade do ensino, como na qualificação do professorado primário que no Brasil é insatisfatória já que o ensino "caracteriza-se pela falta de sentido profissional, desempenhando funções adjetivas múltiplas, com prejuízo para a formação do professorado". (Werebe, 1970, apud Costa, 1997, p.58). Estou entendendo essa falta de sentido profissional no ensino profissionalizante no magistério do 1ª à 4ª série, a falta de interesse que os próprios professores têm pela sua profissão, pois muitos deles não dão o devido valor à carreira que decidiram seguir, ou a escolhem como forma de complementação do orçamento familiar.

"Se bem que o objetivo essencial do ensino normal tenha sido, pelo menos em termos de regulamento, o de preparar o corpo docente para o ensino primário, desde a criação das primeiras escolas suas finalidades

precípua foram desviadas, aumentando no decorrer dos tempos a importância das funções adjetivas que lhes foram atribuídas, transformando-as em "liceus para moças". O ensino normal foi assim "desprofissionalizando-se", recebendo cada vez mais uma clientela desinteressada pelo magistério. De tal forma a escola normal foi desvirtuada, que as funções adjetivas passaram a constituir a razão de ser do grande número de instituições criadas". (Werebe, 1994: 191-192). E essas funções adjetivas são consideradas por Werebe como a formação de futuras "esposas e mães" que, através de um diploma abrem a possibilidade de ingresso num curso de ensino superior. SFORNI, também coloca que além das funções adjetivas, a mulher também "foi exaltada pelas suas qualidades de mãe, como possuidora de uma natureza educativa, natureza essa mais adequada à educação do que a do homem". Sendo assim, "nestas duas instâncias a mulher mãe/ professora era considerada naturalmente portadora de virtudes que se queriam ver expandidas na sociedade". (1997: p. 187)

Além disso, vimos que no ano de 1996, o Sr. Ministro da Educação, Prof. Paulo Renato de Souza, elaborou uma Minuta de Portaria que surpreendeu todos os educadores, e as instituições que formam professores. Esta Minuta "prevê a extinção das licenciaturas plenas, ao permitir que profissionais de outros cursos de graduação, tornem-se professores em educação básica. Tal Minuta, encaminhada em 12 de dezembro de 1996 ao Conselho Nacional de Educação – antes mesmo de ser aprovada a Nova LDB – contém equívocos em seu conteúdo e na forma do encaminhamento. Com este procedimento de enviar diretamente ao CNE a Minuta de Portaria, sem qualquer discussão anterior, e exigindo urgência urgentíssima – o CNE deveria manifestar – se até 30 de janeiro de 1997 – o Ministro desconsiderou um processo que vem sendo conduzido pela Secretaria de Política Educacional do MEC, articulada com a CEIUSE – Comissão Especial de Integração Universidades – Sistemas de Ensino e CONSED – Conselho Nacional de Secretários Estaduais de Educação, processo do qual participam as mais representativas entidades e demais

segmentos da área educacional envolvidos com a questão da formação dos profissionais da Educação."²

O que percebe –se nesta atitude do Sr. Ministro, é um descaso muito grande com a educação e principalmente com os profissionais da área, como uma autoridade pode passar por cima de tudo e todos, sem ao menos consultá-los, exigindo a rapidez neste processo , antes mesmo da aprovação da Nova LDB.

Segundo a ANFOPE, a Minuta de Portaria, deixa bem claro uma tendência à desprofissionalização do Magistério, que traz a desvalorização da qualificação profissional. Para o Ministro, ser professor significa unicamente “ensinar bem um conteúdo “, não importando os objetivos e projetos que norteiam a ação pedagógica . Desse ponto de vista, qualquer profissional pode ensinar determinado conteúdo escolar, basta adquirir, em curtíssimo espaço de tempo, umas “pinceladas“ de disciplinas “pedagógicas”.

Isto deixa muito a desejar, pois como uma pessoa que não entende nada de prática pedagógica , pode ensinar? Isto acaba refletindo e comprometendo ainda mais a qualidade de ensino. Se o próprio Governo, trata a educação e a formação do professor como uma coisa qualquer, o que dirá daquelas pessoas que só vão dar aula porque não conseguiram outro emprego?

Infelizmente é esta a visão que se tem dos profissionais da educação : se a falta de preparo está presente na formação de professores de 1ª à 4ª séries do ensino fundamental, o que se dirá da formação do professor para a educação especial? Será que tal formação é vista com o mesmo descaso e igualmente o professor é mal preparado ?

Após esta breve apresentação sobre a formação do professor, a nível de ensino médio veremos agora como se deu a formação do professor para a educação especial, no Brasil. Discutirei também as novas propostas da LDB 9394/96 procurando mostrar sua contribuição para a temática em estudo.

² Boletim da ANFOPE, Ano III n.º 5 01/97

O Surgimento da Educação Especial no Brasil.

A preocupação em atender crianças portadoras de necessidades especiais, iniciou-se no Brasil a partir da década de cinquenta do século XIX. Esta iniciativa surgiu, em grande parte, da preocupação de alguns brasileiros em organizar atendimentos especializados para aquelas pessoas "diferentes". Esse atendimento atingiu a cegos, surdos, deficientes mentais e deficientes físicos.

E a primeira casa de ensino para crianças portadoras de necessidades especiais foi inaugurada em 17 de setembro de 1854 por D. Pedro II, na cidade do Rio de Janeiro: denominada de Imperial Instituto dos Meninos Cegos³, atendia somente a crianças cegas. Em 26 de setembro de 1857, portanto três anos após a criação deste Instituto Dom Pedro II fundou também no Rio de Janeiro, o Imperial Instituto do Surdos- Mudos⁴. Os professores que lecionavam nestes institutos, eram em grande parte vindos da França e de outros países da Europa, uma vez que o Brasil ainda não tinha uma escola de formação de professores especializados. Vale ressaltar que desde o início de sua fundação, estes dois institutos caracterizaram-se, tanto por um ensino voltado para a "educação literária, como para o ensino profissionalizante" de meninos cegos e surdos-mudos com idade entre 7 e 14 anos. Nestes estabelecimentos foram instaladas oficinas para aprendizagem de ofícios tanto para meninos, quanto para meninas.

Mas estes dois institutos eram insuficientes para o número de pessoas que precisavam de atendimento: em 1872, dos 15.848 cegos e 11.595 surdos- mudos cadastrados, foram atendidos apenas 35 cegos e 17 surdos-mudos; quanto aos outros deficientes mentais e deficientes físicos, eles acabavam ficando sem atendimento educacional, uma vez que não havia, até então, qualquer estabelecimento de ensino especializado nessas deficiências.

Observa - se claramente, pela estatística da época o pequeno número de estabelecimentos especializados para o país inteiro;

³ Mazzotta, M. , Educação Especial no Brasil Histórias e Políticas Públicas, 1996.

⁴ idem, p.29.

Distribuição de locais para a educação de Deficientes.
(ensino regular e instituição especializada por Estados): 1600/1929.

| Estados | Ensino Regular e/ou Instituições especializadas em deficientes mentais | Outros |
|-------------------|--|---------------|
| Bahia | 1 | 0 |
| Rio de Janeiro | 4 | 10 (mais 2) |
| Amazonas | 1 | 0 (mais 1) |
| São Paulo | 2 | 4 |
| Rio Grande do Sul | 5 | 0 (mais 4) |
| Pernambuco | 3 | 2 (mais 1) |
| Santa Catarina | 0 | 3 |
| Minas Gerais | 0 | 1 |
| Total | 16 | 20 (mais 8) |

Observação: Os locais que estão entre parênteses são os que englobam também deficientes mentais.

Fonte: MEC/CENESP, Educação Especial : cadastro geral dos estabelecimentos do ensino especial, 1975, vol.2º, apud Jannuzzi, A luta pela educação do deficiente mental no Brasil, 1985: p. anexos.

O Congresso da Instrução Pública ocorrido na cidade do Rio de Janeiro, em 1883, discutiu, entre outros temas, a abertura tanto de novas vagas, como de institutos para deficientes mentais e físicos, possibilitando assim a discussão da educação dos portadores de deficiência; foi neste Congresso que se apresentou "a sugestão de currículo diferenciado e a proposta de formação de professores para cegos e surdos"⁵.

Em 1874 o Hospital Juliano Moreira em Salvador, Bahia iniciou a assistência aos deficientes mentais⁶, com um atendimento predominantemente médico, e não educacional.

Foi a partir de uma visão médica do atendimento ao excepcional que alguns educadores começaram a pensar e refletir, sobre o problema e a interessar - se de alguma maneira, pela educação destas pessoas. No entanto, foi somente no século XX que a educação especial ganhou destaque e um maior interesse dos órgãos oficiais, deixando de ser apenas uma preocupação assistencialista, para ser também uma preocupação

⁵ Jannuzzi, G. M., A Luta pela Educação do Deficiente no Brasil, 1985.

⁶ Mazzotta, M. 1996: p.30

educacional; a partir de então, criou-se uma nova política de educação brasileira voltada para a educação especial.

No início desta nova etapa caracterizada por uma preocupação mais educacional, do que clínica não haviam professores especializados em educação especial, e os que desejavam se tornar um destes recorriam a cursos no exterior, na Europa, onde haviam mais recursos e melhor formação acadêmica na época,(1900), eles faziam o curso de especialização e depois de 4 anos retornavam ao Brasil para lecionar. Temos como exemplo; “a ida de duas freiras brasileiras para o Instituto de Bourg- la- Reine em Paris (França) a fim de se prepararem como professoras especializadas no ensino de crianças surdas. Após quatro anos de formação , as Irmãs Suzana Maria e Madalena da Cruz retornaram a Campinas”. (Mazzotta, 1996: p.35). Como a demanda por educação especial crescia e não haviam professores especializados o suficiente para atendê-la, aqueles que tinham formação em Curso Normal acabavam por trabalhar na educação especial.

Para tentar solucionar este problema, o Instituto Benjamim Constant, (antigo Imperial Instituto dos Meninos Cegos), e a Fundação Getúlio Vargas, ambas do Rio de Janeiro, realizaram em 1947 o primeiro Curso de Especialização para de Professores, na Didática para o ensino de Cegos.

Mas tendo em vista que esta especialização abrangia apenas os professores que trabalhavam com crianças cegas, havia também a necessidade de atender e especializar professores que atuassem em classe especial. Com esse objetivo, a Sociedade Pestalozzi organizou, em 1952, o seu primeiro Curso Intensivo de Especialização de Professores, e que foi, realizado anualmente até 1959. A Sociedade Pestalozzi foi a primeira entidade particular a dedicar-se aos deficientes mentais e a preocupar-se com a formação do professor nesta área.

Mas foi através da APAE (Associação de Pais e Amigos do Excepcional), que o governo passou a prestar mais atenção na educação especial. A APAE foi fundada em 11 de dezembro de 1954, na cidade do Rio de Janeiro , sendo hoje uma das instituições mais importantes do país, em atendimento ao excepcional, com mais de mil entidades espalhadas pelo

Brasil. Foi através do “desenrolar e da manifestação do movimento apaeano que as autoridades do Executivo e do Legislativo , voltaram um pouco de sua atenção para o problema do excepcional, algumas leis foram votadas, alguns governos passaram a conceder ajuda às APAEs que se instalavam “(Mendes, G.F.M.B., Mensagens da APAE, ano 6, nº16, abril/ junho 1979, apud Mazzotta, 1996,p.47). A APAE atende crianças portadoras de deficiências mental e física, entre outros dando o atendimento pedagógico, psicológico, fonoaudiológico, fisioterapêutico.

Em entrevista com profissionais da APAE da cidade de Santa Bárbara D 'Oeste (SP) tive informações que atualmente o professor que leciona em classe especial não precisa ter o curso superior, mas tem que fazer um curso de especialização de 360 horas na própria instituição, com os profissionais da área de pedagogia, psicologia, fonoaudiologia, fisioterapia, etc.. Neste caso específico, o professor só precisa ter a formação no magistério, antigo curso normal, e depois fazer este curso de especialização . Esta é uma maneira de complementar a formação deste profissional, pois nem todos têm condições de fazer um curso superior.

Aliás, como são poucos os professores com curso superior, e a maioria deles está trabalhando na rede particular, a rede pública acaba ficando sempre com professores sem especialização; isso também se deve ao descaso que o setor público tem para com a educação especial e para as condições de atendimento ao deficiente.

E as estatísticas comprovam, o pequeno número de professores especializados, com curso superior, que atuam na rede pública: atualmente existem 2.037 professores habilitados, sendo que destes apenas 985 estão cadastrados e trabalhando na rede pública.

| Região | Nº. de professores | Região | Nº. de professores |
|------------------|--------------------|----------------|--------------------|
| Norte | | Nordeste | |
| Rondônia | 13 | Maranhão | 13 |
| Acre | 27 | Piauí | 02 |
| Amazonas | 23 | Ceará | 12 |
| Roraima | 06 | R. G. do Norte | 46 |
| Pará | 60 | Paraíba | 15 |
| Amapá | 11 | Pernambuco | 13 |
| Tocantins | 02 | Alagoas | 20 |
| | | Sergipe | 13 |
| | | Bahia | 12 |
| | | | |
| Sudeste | | Sul | |
| Minas Gerais | 13 | Paraná | 27 |
| Espírito Santo | 08 | Santa Catarina | 45 |
| Rio de Janeiro | 79 | R. G. do Sul | 47 |
| São Paulo | 342 | | |
| | | | |
| Centro Oeste | | | |
| M. G. do Sul | 59 | | |
| Mato Grosso | 06 | | |
| Goiás | 26 | | |
| Distrito Federal | 28 | | |

Fonte: MEC/SEESP, 1998.

Em suma, a formação de professores para a educação especial já esteve sob a responsabilidade não só das escolas normais mas, também, esteve e em muitos casos ainda está, sob a responsabilidade das escolas especiais (ou instituições especializadas) que se incumbem de formar, a curto prazo, o profissional de que carecem.

Quanto ao sistema educacional brasileiro, ele previa, até então antes da promulgação da LDB de 1996, a formação de professores, ao nível de Segundo Grau, e com duração de quatro anos , para atuar como docentes de 1ª à 4ª séries. Porém, a qualidade desse ensino vem decaindo desde a década de 50, e esta formação que é oferecida nem sempre fornece toda a base teórica e prática que um docente precisa. E no que se refere à formação de docentes e de técnicos para atuar na Educação Especial ela

ocorre tanto no ensino de segundo e como de terceiro graus, nas instituições que oferecem disciplinas e/ou conteúdos que abordem questões relativas aos portadores de necessidades educativas especiais. No ensino superior, a formação é realizada por meio de cursos de graduação e de pós-graduação (especialização, mestrado e doutorado), além dos cursos de extensão universitária.

Deparamos-nos, também nesse caso, com uma triste situação que retrata a má qualidade da formação ficando, por conseguinte, a atuação do profissional bastante comprometida, pela falta de conteúdos específicos sobre, por exemplo, distúrbios de aprendizagem que muitos professores entendem como uma deficiência e acabam, em decorrência desse engano, encaminhando seu aluno para uma classe especial.

E para ilustrar bem essa realidade, observamos que Padilha em sua pesquisa mostra claramente esse fato ao pesquisar como e porque os professores encaminham seus alunos para a classe especial. Geralmente os professores acreditam que lentidão, raciocínio fraco, problemas de aprendizagem e/ou comportamento, seja deficiência mental. Sendo assim, Padilha descreve, "A Supervisora constatou a ida do aluno "difícil" para a Classe Especial é muitas vezes um alívio para o professor que tem uma classe numerosa, e que, por outro lado, tem muito pouco ou nenhuma orientação para trabalhar com os alunos que trazem problemas ou não aprendem." (1994 : p. 36).

Infelizmente vemos que são poucas as Faculdades que oferecem um curso de graduação que forma um profissional capacitado para atuar com portadores de necessidades especiais; privilegia-se muito pouco aquelas temáticas que familiarizam os universitários com a problemática desses indivíduos.

"Mesmo nas melhores escolas, os cursos de Pedagogia não são estruturados de maneira a assegurar um bom preparo para os docentes que vão atuar nas escolas de formação do Magistério de primeiro grau (...). Os alunos não recebem a formação necessária para lecionar matérias pedagógicas e quase sempre saem da universidade sem conhecer a realidade do ensino em que vão atuar. Essa realidade não constitui o centro

das preocupações dos professores, e em muitos casos porque eles próprios a desconhecem". (Werebe, 1994, p.200).

Se a formação do professor "comum" tem as suas limitações teóricas e práticas que comprometem muitas vezes sua atuação profissional, o que dizer da formação do professor para a educação especial? Como preparar estes profissionais, para atuar junto a uma clientela especial? Como a legislação pode ajudar na normatização? Tais leis tem sido realmente postas em prática pelo Governo? Como os educadores e formadores as interpretam e as seguem? E as associações de formadores? (ANFOPE, por exemplo).

O governo federal assumiu, em 1957, o atendimento aos excepcionais a nível nacional por meio da criação de campanhas lideradas pelas associações existentes, como por exemplo, a APAE e a Sociedade Pestalozzi, juntamente com o Ministério da Educação e da Cultura.

Em termos de legislação, a necessidade de serviços de Educação Especial consta da Lei 4.024/61, no art. 88(" a educação dos excepcionais deve, no que for possível , enquadrar - se no sistema geral de educação , a fim de integrá-los na comunidade "). A lei 5.692/71, prevê o tratamento especial, para "os alunos que apresentarem deficiências físicas ou mentais... e os superdotados", de acordo com o que definirem os Conselhos de Educação. A regulamentação da matéria começou, em 1972, com o Parecer n.º 848, do Conselho Federal de Educação⁷ definindo a natureza do tratamento especial e enfatizando a necessidade de instalação de serviços especializados junto aos sistemas de ensino e de formação de recursos.

E já na década de 70 começaram a surgir os primeiros cursos universitários de formação de professores especializados no ensino de deficientes. Os primeiros Cursos eram oferecidos pela rede particular de ensino superior, que estava iniciando um período de imensa expansão.

Esses Cursos, com poucas exceções, apresentavam várias dificuldades, conforme apontou Enumo (1985), (Enumo, S.R.T., A Formação Universitária em Educação Especial - Deficiência Mental - no Estado de São Paulo: suas Características Administrativas, Curriculares e Teóricas, 1985,

apud Omote , S. Formação do Professor em Educação Especial). Em seu estudo sobre as características administrativas, curriculares e teóricas dos cursos de formação de professores especializados no ensino de deficientes mentais no Estado de São Paulo.

A educação especial constituiu, ainda, uma das prioridades do I Plano Setorial de Educação (1972 - 1974)⁸ e é nesse contexto que é fundado o CENESP (Centro Nacional de Educação Especial) junto ao MEC, com o objetivo de centralizar e coordenar as ações de política educacional para os portadores de deficiência. Esse é um momento importante da reorganização do campo da educação especial, em termos legais e políticos, resultando em ações de organização ou reestruturação de setores específicos nas secretarias estaduais de educação e nas escolas públicas; na abertura de cursos de formação de professores para a área, principalmente na de deficiência mental.

A Constituição Federal Brasileira de 1988, em seu artigo 208, também dá uma ênfase à educação especial:

Artigo 208 - O dever do Estado com a educação será efetivada mediante a garantia de :

III - atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino :

E no que se diz respeito `a educação especial e `a formação de professores para educação, a Constituição diz o seguinte:

Artigo 206 - O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

V - valorização dos profissionais do ensino, garantido, na forma da lei, plano de carreira para o magistério público, com piso salarial profissional e ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos, assegurando regime jurídico único para todas as instituições mantidas pela União;

Mas a realidade é bem diferente, pois os salários dos professores são muito baixos e grande é o desinteresse deles em atuar como tais na

⁷ Brasil, Secretaria de Educação especial, SEESP, 1994.

⁸ idem.

rede pública; a despeito disso, muitos preferem trabalhar na rede particular onde ganham melhores salários.

Dentre as propostas oficiais do MEC, o Plano Decenal de Educação Para Todos, têm como meta, "assegurar até o ano 2003 a crianças jovens e adultos, conteúdos mínimos de aprendizagem que atendam necessidades elementares da vida contemporânea". (PDE, 1993 p. 12).

E junto com essa proposta o Governo coloca como deve ser a formação do professor e sua profissionalização:

Profissionalização e reconhecimento público do magistério.

"A fixação e implementação de política de longo alcance para o magistério é condição precípua para que se atinja os objetivos de elevação dos padrões de qualidade educacional. Sendo uma questão complexa, sua elaboração deverá ser objeto de agenda especial de acordos e compromissos de co-responsabilidade, entre as administrações educacionais, econômico-financeiras e de relações de trabalho dos três níveis de governo (União, Estados e Municípios), com o envolvimento de instituições formadoras, sindicatos, associações profissionais e demais segmentos sociais interessados .

Paralelamente, devem ser intensificadas as ações voltadas para a reestruturação dos processos de formação inicial e continuada, abrangendo a revisão dos currículos dos cursos médios e superiores do magistério e dos programas de capacitação dos profissionais em exercício. Esse processo deve se estender a todas as categorias, destacando-se, inclusive, a dos dirigentes escolares, agentes importantes na melhoria da gestão de ensino.

Devem ser adotadas medidas legislativas e administrativas para tornar realidade o dispositivo constitucional que determina a valorização dos profissionais da educação. Planos de carreira capazes de promover a efetiva profissionalização do magistério, com base em referencial comum de padrões de remuneração e qualificação devem ser assegurados." (PDN,1993:p.45-46).

Mas para que esta proposta atinja seu objetivo é necessário formar professores realmente capacitados, e não esquecer que também é necessário que haja um programa de formação continuada, recursos

didáticos valorização da carreira e uma nova política salarial e não deixar apenas no papel é necessário colocá-las em prática.

Com a promulgação da LDB 9394/96, novas perspectivas se abrem à formação do profissional da educação, como veremos a seguir:

No Título VI – Dos Profissionais da Educação, Artigo 61. A formação de profissionais da educação, de modo a atender aos objetivos dos diferentes níveis de modalidade de ensino e as características de cada fase do desenvolvimento do educando, terá como fundamento:

I - a associação entre teoria e práticas, inclusive mediante a capacitação em serviço;

II - aproveitamento da formação e experiências anteriores em instituições de ensino e outras atividades;

Artigo 62 A formação de docentes para atuar na educação básica far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura de graduação plena, em universidades e institutos superiores de educação, admitida como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil e nas quatro primeiras séries do ensino fundamental, oferecida em nível médio, na modalidade Normal. (Saviani, 1997).

A partir da promulgação desta lei todos os professores de 1ª à 4ª séries do ensino fundamental deverão ter formação em curso superior de educação; os que hoje ainda não o tem terão um prazo de dez anos para o concluírem; caso contrário perderá o direito de lecionar. Mas será que é esta a melhor via de acesso à qualidade de ensino?

Saviani,(1997), afirma que, a inovação neste aspecto da formação dos profissionais da educação “reside na criação dos “institutos superiores de educação ” prevista no art. 62, como alternativa às universidades, e regulada no art. 63 onde se estabelece que estes institutos manterão cursos para a formação de profissionais da educação básica, incluído o “curso normal superior”, para formar docentes para a educação infantil e para as primeiras séries do ensino fundamental (inciso I); formação pedagógica para diplomados no ensino superior que queiram se dedicar à educação básica (inciso II); e educação continuada para profissionais da educação, de modo geral (inciso III) “.

Mas há uma preocupação vigente entre os educadores, de que estes cursos oferecidos pelos Institutos Superiores acabem sendo vistos como de segunda categoria, em relação aos das Universidades, apesar de definidos como de nível superior . Para que isso não venha ocorrer, é necessário que haja uma articulação entre esses Institutos e as Universidades, desenvolvendo os mesmos projetos e principalmente terem a mesma responsabilidade para com o ensino. E dessa maneira, estar colocando adequadamente os currículos e também equacionando de forma certa a questão dos estágios (prática de ensino), que a nova legislação estipula em um mínimo de trezentas horas. Dessa maneira, os institutos serão vistos de fato, como bons formadores de educadores, oferecendo a mesma qualidade de ensino que uma Universidade.

Segundo a (Associação Nacional de Formação dos Profissionais da Educação), ANFOPE 1997, “e necessário assinalar, que a formação do professor não pode estar reduzida a uma questão meramente técnica, à adoção de medidas isoladas sobre aspectos do problema. Grande parte dos problemas relativos à formação não está vinculada a grandes proposições teóricas, mas dependem , sim, de medidas concretas que convertam em realidade a vasta produção teórica, no campo educacional sobre a temática da formação de professores. No Brasil, muito já foi feito no campo das idéias sobre formação de professores. Falta, sim uma política global de formação de professores, que auxilie na solução dos graves problemas nesta área”.

Realmente, não adianta pensar em propor apenas leis, se não há pessoal qualificado para lidar com estes novos desafios. Observa se pelo menos em termos de legislação, houve uma grande conquista no que se refere à Educação Especial, pois nesta lei (LDB 9394/96) ela ganha uma atenção maior, ao se destacar como um capítulo autônomo, quando em leis passadas ela era apenas regulada em um artigo , como por exemplo, na Lei 5692/71 , onde ela aparecia no artigo 9º do Capítulo I que trata das disposições comuns ao ensino de primeiro e de segundo grau.

Vejamos o que diz a Nova LDB:

O Capítulo V compõe - se de três artigos versando sobre a Educação Especial. O artigo 58 apresenta o atendimento dessa área como uma modalidade da educação escolar que deve situar-se preferencialmente

na rede regular de ensino (caput), determina a existência, quando necessário, de serviços de apoio especializado (parágrafo primeiro), prevê o recurso a classes , escolas ou serviços especializados quando não for possível a integração nas classes comuns(parágrafo segundo) e estabelece que sua oferta se dará a partir da educação infantil (parágrafo terceiro).

O artigo 59 dispõe que os sistemas de ensino devem assegurar: adequada organização do trabalho pedagógico para atender às necessidades específicas (inciso I); terminalidade específica para os que não possam chegar ao nível regular de conclusão do ensino fundamental e aceleração dos superdotados para que possam concluir em menor tempo o programa escolar (inciso II); professores preparados para atendimento especializado assim como professores de ensino regular capacitados para integrar os educandos portadores de necessidades especiais nas classes comuns (inciso III); educação especial para o trabalho (inciso IV); e igualdade de acesso aos programas sociais disponíveis no ensino regular (inciso V).

Por fim, o artigo 60 atribui aos órgãos normativos dos sistemas de ensino a definição dos critérios para apoio técnico e financeiro do Poder Público às entidades sem fins lucrativos exclusivamente dedicadas à educação especial (caput), estabelecendo , porém, que em qualquer caso, a alternativa preferencial será a ampliação do atendimento na própria rede pública regular de ensino. (parágrafo único)⁹ .

Portanto, através desta lei a educação especial tem a importante função de devolver à escola as crianças que devido as suas deficiências não tiveram condições de serem escolarizadas através dos recursos comuns de ensino. E que a longo prazo possa orientar para a construção de um novo modelo pedagógico que seja capaz de atender às necessidades educacionais e que todas as crianças possam ser escolarizadas, independente de suas deficiências.

Neste sentido, de estar escolarizando e atendendo todas as crianças que tenha algum tipo de deficiência, o governo do Estado de São Paulo organizou a seguinte proposta para o atendimento a estas crianças.

⁹ Saviani, D. , A Nova Lei da Educação, 1997.

| FORMAS DE ATENDIMENTO | CLASSE ESPECIAL | SALA DE RECURSOS | CLASSE HOSPITALAR |
|--|--|--|---|
| C A R A C T E R I Z A Ç Ã O | Agrupamento sistemático de alunos da mesma área de excepcionalidade. | Agrupamento variável e assistemático de alunos da Mesma área de excepcionalidade. | Alunos vítimas de acidentes ou portadores de doenças crônicas. |
| | Permanência do professor na classe | Permanência do professor na classe | Prof. Presta atendimento em leito ou em |
| | Ensino individualizado | Ensino individualizado. O aluno é matriculado na classe comum/especial para atendimento combinado. | Ensino individualizado. O aluno pode estar matriculado na classe comum ou na própria classe hospitalar. |
| | Atende o aluno da própria escola | Pode atender alunos de várias escolas | Atende alunos hospitalizados, por período prolongado ou não, de várias escolas. |

Infelizmente, vemos que isso não acontece na prática, são apenas projetos que não saíram do papel. Porque não há escolas que estejam preparadas com salas de recursos e principalmente com classe hospitalar. E os professores não estão preparados para este projeto.

Pesquisa

Relato de pesquisa sobre os Egressos do Curso de Pedagogia -:
Formação de Professores - para a Educação Especial - Faculdade de
Educação - UNICAMP.

Caracterização dos egressos dos cursos de Pedagogia na
Habilitação: Formação de Professores - para a Educação Especial-
Faculdade de Educação - UNICAMP.

Total de egressos 14 (turmas = 1995 e 1997), número de
questionários devolvidos = 6.

Para melhor compreender a análise dos questionários e identificar
cada indivíduo envolvido, fiz a denominação dos mesmos de Sujeito 1,
Sujeito 2, Sujeito 3, Sujeito 4, Sujeito 5 e Sujeito 6.(Vide questionário
anexo).

Identificação

| SUJEITO | IDADE/ Ano de Nascimento |
|-----------|--------------------------|
| Sujeito 1 | 1968 |
| Sujeito 2 | 1970 |
| Sujeito 3 | 1971 |
| Sujeito 4 | 1972 |
| Sujeito 5 | 1972 |
| Sujeito 6 | 1974 |

Ocupação atual

| SUJEITO | LOCAL |
|-----------|--------------------------------|
| Sujeito 1 | Prof. de Pré - Escola |
| Sujeito 2 | Prof. de Pré - Escola |
| Sujeito 3 | Prof. de Educação Especial |
| Sujeito 4 | Prof. de Informática |
| Sujeito 5 | Prof. de Ballet |
| Sujeito 6 | Prof. de Educação Não - Formal |

Formação acadêmica

| SUJEITO | INGRESSO (ANO) | CONCLUSÃO (ANO) |
|-----------|-----------------|-----------------|
| Sujeito 1 | 1989 | 1997 |
| Sujeito 2 | 1992 | 1995 |
| Sujeito 3 | 1992 | 1995 |
| Sujeito 4 | 1992 | 1995 |
| Sujeito 5 | 1991 | 1995 |
| Sujeito 6 | 1993 | 1997 |

Outras habilitações

| SUJEITO | |
|-----------|--|
| Sujeito 1 | Administração Escolar / Supervisão Escolar |
| Sujeito 2 | - |
| Sujeito 3 | Administração Escolar |
| Sujeito 4 | Administração Escolar |
| Sujeito 5 | - |
| Sujeito 6 | Administração Escolar / Magistério das Séries Iniciais |

Cursos : Aperfeiçoamento /Extensão /Especialização

| SUJEITO | |
|-----------|---|
| Sujeito 1 | Vários cursos de extensão 30 hs |
| Sujeito 2 | Psicopedagogia 180 hs / Psicopedagogia 360 hs |
| Sujeito 3 | - |
| Sujeito 4 | - |
| Sujeito 5 | - |
| Sujeito 6 | Vários cursos de extensão 30 hs |

Pós - Graduação

| SUJEITO | MESTRADO | DOUTORADO |
|-----------|----------------|-----------|
| Sujeito 1 | - | - |
| Sujeito 2 | - | - |
| Sujeito 3 | - | - |
| Sujeito 4 | Início em 1997 | - |
| Sujeito 5 | - | - |
| Sujeito 6 | - | - |

Atuação profissional na área de educação especial

| SUJEITO | SIM | NÃO |
|-----------|-----|-----|
| Sujeito 1 | | X |
| Sujeito 2 | | X |
| Sujeito 3 | X | |
| Sujeito 4 | | X |
| Sujeito 5 | | X |
| Sujeito 6 | | X |

Local de trabalho

| SUJEITO | REDE MUNICIPAL | REDE ESTADUAL | OUTROS |
|-----------|----------------|---------------|--------|
| Sujeito 1 | X | | |
| Sujeito 2 | X | | |
| Sujeito 3 | X | | |
| Sujeito 4 | | | X |
| Sujeito 5 | | | X |
| Sujeito 6 | X | | |

Área de trabalho

| SUJEITO | | TEMPO | CIDADE |
|-----------|--------------------------------------|---------|----------------|
| Sujeito 1 | EMEI | 8 anos | Campinas |
| Sujeito 2 | EMEI | 6 meses | Ribeirão Preto |
| Sujeito 3 | PAEE (Proj. de Apoio Educ. Especial) | 6 meses | Indaiatuba |
| Sujeito 4 | Escola de Ballet | 5 anos | Campinas |
| Sujeito 5 | Escola de Informática | 3 anos | Campinas |
| Sujeito 6 | Projeto Sol | 1 ano | Paulínia |

Para quem está atuando em Educação Especial

| SUJEITO | IDADE DA CLIENTELA | TIPO DE CLIENTENLA |
|-----------|-------------------------|--|
| Sujeito 1 | - | - |
| Sujeito 2 | - | - |
| Sujeito 3 | Crianças de 7 à 14 anos | Síndrome de Down, P. C., Hiperatividade , atraso no desen- volvimento N.P.M... |
| Sujeito 4 | - | - |
| Sujeito 5 | - | - |
| Sujeito 6 | - | - |

Desenvolvendo outras atividades profissionais

| SUJEITO | SIM | NÃO | BRANCO | QUAL? |
|-----------|-----|-----|--------|--|
| Sujeito 1 | | X | | |
| Sujeito 2 | X | | | Assessoramento psico- pedagógico particular. |
| Sujeito 3 | X | | | Prof. de Inglês |
| Sujeito 4 | | | X | |
| Sujeito 5 | X | | | Teatro |
| Sujeito 6 | | X | | |

Trabalhos anteriores na área de Educação Especial (últimos 5 anos)

| SUJEITO | Local | Tipo de atividade | Tipo de Clientela | Tempo de Serviço | Saída |
|-----------|--|--|--|------------------|---|
| Sujeito 1 | - | - | - | - | - |
| Sujeito 2 | Ambulatório de Psicopedagogia do HEFM, RP-USP | Triagem,, avaliação orientação aos pais | Crianças com problemas de aprendizagem | 2 anos | - |
| Sujeito 3 | - | - | - | - | - |
| Sujeito 4 | - | - | - | - | - |
| Sujeito 5 | CEESD (Centro de Educação Especial Síndrome de Down | Expressão Corporal para Síndrome de Down | Crianças Síndrome de Down | 5 anos | Foi dispensada. |
| Sujeito 6 | CIPOI (Centro Integrado de Pesquisa Oncofematológica na Infância | Serviço Pedagógico: avaliações, intervenções, atividades lúdicas, recreativas. | Crianças de 0 à 18 anos portadoras de doenças crônicas no sangue | 2 anos | O trabalho foi transferido para o Hospital Domingos Boldrini. |

Satisfação com área de atuação (independente de ser Educação Especial)

| SUJEITO | SIM | NÃO | BRANCO | JUSTIFICATIVA |
|-----------|-----|-----|--------|---|
| Sujeito 1 | X | | | - |
| Sujeito 2 | X | | | Pela inclusão de crianças deficientes na rede regular. |
| Sujeito 3 | X | | | Está fazendo o que gosta. |
| Sujeito 4 | | | X | - |
| Sujeito 5 | | X | | Não, porque gostaria de continuar trabalhando com portadores de Síndrome de Down. |
| Sujeito 6 | X | | | Por o projeto ter uma boa proposta de trabalho. |

Desempenho no Trabalho

| Conceito | Sujeito | Justificativa |
|-----------|-----------|--|
| Muito Bom | Sujeito 1 | - |
| | Sujeito2 | - |
| | | |
| Bom | Sujeito 3 | Este é o primeiro trabalho na área, e está aprendendo muito. |
| | Sujeito 5 | Trabalha em muitos lugares para poder sustentar – se e acha que às vezes não dá conta. |
| | Sujeito 6 | Mas ainda tem muita coisa a ser modificada e melhorada. |
| | | |
| Regular | - | |
| | | |
| Fraco | - | |
| | | |
| Branco | Sujeito 4 | |

Dificuldades atuação como professor = 1 menor e 9 maior

| | Sujeito 1 | Sujeito 2 | Sujeito3 | Sujeito4 | Sujeito5 | Sujeito 6 |
|--------------------------------|-----------|-----------|----------|----------|----------|-----------|
| Branco | | | | X | | X |
| Salariais | 4 | 2 | 9 | | 8 | |
| Recursos materiais | 9 | 5 | 3 | | 2 | |
| Orientação pedagógica | 8 | 8 | 6 | | 4 | |
| Relações profissionais | 3 | 3 | 2 | | 7 | |
| Metodologia de ensino | 6 | 7 | 4 | | 3 | |
| Dúvidas teóricas metodológicas | 7 | 9 | 5 | | 6 | |
| Conteúdo programático | 5 | 4 | 7 | | 5 | |
| Relações com alunos | 2 | 6 | 8 | | 1 | |
| Outros | 0 | 0 | 0 | | 0 | |

Tipo de ajuda para sanar dificuldades

| Tipo | Sujeito 1 | Sujeito2 | Sujeito3 | Sujeito4 | Sujeito5 | Sujeito6 |
|---------------------------------|-----------|----------|----------|----------|----------|----------|
| Auxílio de outros profissionais | X | | X | | X | |
| Bibliografia complementar | | | | | | |
| Apoio da universidade | | | | | | |
| Cursos complementares | | X | | | X | |
| Outros | | | | | | |
| Branco | | | | X | | X |

Desejo de exercer outra profissão

| SUJEITO | SIM | NÃO | QUAL | POR QUE ? |
|-----------|-----|-----|-------------------------|--------------------|
| Sujeito 1 | X | | Autônomo | Causas Financeiras |
| Sujeito 2 | X | | Professor Universitário | |
| Sujeito 3 | | X | | |
| Sujeito 4 | | X | | |
| Sujeito 5 | | X | | |
| Sujeito 6 | | X | | |

Conceito curso na área de Educação Especial

| CONCEITO | SUJEITO | JUSTIFICATIVA |
|-----------|-----------|---|
| Muito Bom | Sujeito 3 | Proporcionou uma ampla visão de mundo, ótimos professores, boa literatura |
| | Sujeito 4 | Compreender melhor, e ter consciência da diferença do outro |
| | Sujeito 5 | - |
| Bom | Sujeito 1 | Falta de parte prática |
| | Sujeito 2 | Dificuldades por não ter uma boa parte pratica na área. |
| Regular | | |
| Fraco | | |
| Branco | Sujeito 6 | |

Contribuições do curso para atuação em sua área

| | Sujeito 1 | Sujeito 2 | Sujeito 3 | Sujeito 4 | Sujeito 5 | Sujeito 6 |
|---------------------------------------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|
| Teóricas | X | X | X | X | | X |
| Sobre a realidade escolar | | | X | | X | |
| Sobre a deficiência | X | X | X | X | X | X |
| Sobre o processo ensino- aprendizagem | | X | X | X | X | X |
| Outras | | | X | | | |

Curso de Educação Especial possibilitou formação necessária

| SUJEITO | SIM | NÃO | EM PARTE | JUSTIFICATIVA |
|-----------|-----|-----|----------|--|
| Sujeito 1 | | | X | Falta de prática, precisou procurar ajuda depois de formado. |
| Sujeito 2 | | | X | Falta de prática, para preparar – se mais foi necessário fazer um curso de especialização. |
| Sujeito 3 | X | | | Possibilitou a construção de uma visão de mundo ampla e desenvolver uma postura ética , teórica e sensível para as questões educacionais |
| Sujeito 4 | X | | | - |
| Sujeito 5 | | | X | Falta de prática |
| Sujeito 6 | | | X | Professores não conhecem a realidade das escolas públicas, e falta de prática. |

Aspectos da prática não abordados no curso de graduação

| SUJEITO | |
|-----------|---|
| Sujeito 1 | Como lidar com os pais de crianças deficientes. |
| Sujeito 2 | Como lidar com deficientes e alunos regulares em uma classe com 30 crianças |
| Sujeito 3 | Ver a prática sem ser o de pesquisa |
| Sujeito 4 | - |
| Sujeito 5 | - |
| Sujeito 6 | - |

Opinião sobre o nível de formação do professor em Educação Especial

| | Sujeito 1 | Sujeito 2 | Sujeito 3 | Sujeito 4 | Sujeito 5 | Sujeito 6 |
|--|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|-----------|
| 2º grau | | | | | | |
| 3º grau | | | | | | |
| 3º grau com habilitação em educação especial, do curso de pedagogia incluindo todas as deficiências. | X | | X | X | | X |
| 3º grau com habilitação específica por deficiência, do curso de pedagogia | | X | | | X | |
| Especialização a nível de Pós – Graduação | | | | | X | |

Sugestões para aperfeiçoar seu curso de pedagogia

| Sujeito | |
|-----------|---|
| Sujeito 1 | Fazer um curso de pedagogia como um todo, e não dividido em habilitações específicas. |
| Sujeito 2 | Convênios com a sociedade para atendimento. Disciplinas mais práticas. |
| Sujeito 3 | A Universidade integrada nas escolas da rede pública para compartilhar, qualidade e garantir a prática. |
| Sujeito 4 | - |
| Sujeito 5 | - |
| Sujeito 6 | Colocar professores mais comprometidos com o ensino público. Evitar colocar 4 horas seguidas de aulas, pois fica cansativo para o professor e para o aluno o que compromete o curso. |

Foram enviados 8 questionários para professores da rede pública (que formaram-se em faculdade particular) que lecionam em classe especial, mas somente 1 foi devolvido. Então fica a pergunta: - Por que o silêncio desses profissionais em não querer esclarecer alguns pontos de sua formação? Então observaremos a este questionário:

Identificação

| |
|-------|
| IDADE |
| 1972 |

Ocupação atual

| | |
|--------------------------------|--------|
| | Tempo |
| Professor de Educação Especial | 3 anos |

Formação acadêmica

| | |
|----------|-----------|
| Ingresso | Conclusão |
| 1992 | 1994 |

Outras habilitações

| |
|--|
| Magistério de Pré a 4º série - Pedagogia |
|--|

Cursos de Aperfeiçoamento / Especialização

| |
|---|
| Curso de Especialização em Educação Especial - UNIMEP |
|---|

Pós - Graduação

| | |
|-----------|---|
| Mestrado | - |
| Doutorado | - |

Local de trabalho

| | |
|-------------------------------|--------|
| Local | TEMPO |
| EEPSG(Santa Barbara D "Oeste) | 3 anos |

Desenvolvendo outras atividades profissionais

| SIM | NÃO | BRANCO | QUAL |
|-----|-----|--------|------|
| | X | | |

Trabalhos anteriores na área de Educação Especial (últimos 5 anos)

| LOCAL | TIPO DE ATIVIDADE | TIPO DE CLIENTELA | TEMPO DE SERVIÇO | SAÍDA |
|-------|-------------------|-------------------|------------------|------------------------------|
| APAE | Estimulação | Crianças autistas | 6 meses | Para trabalhar na prefeitura |

Satisfação com a área de atuação

| SIM | NÃO | BRANCO | JUSTIFICATIVA |
|-----|-----|--------|---|
| X | | | Sente prazer em lecionar e é recompensador e gratificante |

Desempenho no trabalho

| CONCEITO | | JUSTIFICATIVA |
|-----------|---|---|
| MUITO BOM | X | Pois está estudando, procurando atualizar e aperfeiçoando -se, para melhorar cada vez mais. |
| Bom | | |
| Regular | | |
| Fraco | | |

Dificuldade atuação como professor = 1 menor e 9 maior

| | |
|-------------------------------|---|
| Salariais | 7 |
| Recursos materiais | 9 |
| Orientação pedagógica | 8 |
| Relações profissionais | 6 |
| Metodologia de ensino | 5 |
| Dúvidas teórico metodológicas | 2 |
| Conteúdo programático | 3 |
| Nas relações com alunos | 1 |
| Outros | 4 |

Contribuições do curso para atuação em sua área.

| | |
|--|---|
| Teóricas | X |
| Sobre a realidade escolar | X |
| Sobre a deficiência | X |
| Sobre o processo ensino - aprendizagem | X |
| Outros | X |

Aspectos da prática não abordados no curso de graduação

Na prática observa - se que muitas coisas não foram passadas, mas não podemos culpar o curso, porque cada caso é um caso, cada criança tem uma história de vida.

Opinião sobre nível de formação do professor para Educação Especial

| | |
|--|---|
| 2º grau | |
| 3º grau | |
| 3º grau com uma única habilitação em Educação Especial no curso de pedagogia incluindo todas as deficiências | X |
| 3º grau com habilitação específica por deficiência, do curso de pedagogia | |
| Especialização a nível de Pós - Graduação | |

Sugestões para aperfeiçoamento do seu curso

Aulas de neurologia

Entrevista

A entrevista foi realizada com duas professoras universitárias que estão diretamente ligadas à questão da formação do professor.

A primeira entrevistada, é uma professora aposentada, mas mesmo aposentada continua pesquisando sobre a formação do professor para a educação especial, e também a tudo o que diz respeito à pessoas deficientes. Tem vários livros publicados e tem contribuído muito para esta questão.

A segunda entrevistada, é uma professora que atualmente está trabalhando na Faculdade de Educação - UNICAMP, e esteve diretamente envolvida na questão da reformulação do curso de Pedagogia, no ano de 1997.

Apesar dessas duas professoras estarem abordando o mesmo tema, não pude fazer a mesma pergunta, pois trabalham em campos diferentes. Propus fazer as entrevistas individualmente. Também elaborei questões diferentes, pois uma está mais a par da reformulação do curso de Pedagogia, e esteve diretamente envolvida nesta questão . E a outra não estava totalmente a par das questões sobre a reformulação.

Sendo assim, a questão da primeira entrevistada foi a seguinte:

- Na sua opinião , qual o nível de escolaridade que habilita o professor para lecionar em classe especial? E o curso deve ser feito de maneira diferente? Um curso específico é necessário para formá-lo em educação especial?

A professora entrevistada defende a posição de que formação do professor para atuar de 1ª `a 4ª série do ensino fundamental e do professor que irá lecionar com educação especial, deve ser uma única formação e não deve ser separada, pois isto gera a discriminação com o aluno especial dentro do próprio curso.

Essa formação tem que ser uma formação geral e básica, com disciplinas teóricas e práticas . E é muito importante que o professor conheça as funções neurofisiológicas da criança e a anatomia genética, para que ele possa identificar várias situações e vários casos que venham ocorrer dentro de sua sala de aula, se algum aluno tiver , por exemplo , alguma crise

epiléptica, ele saiba como agir. Porque numa sala onde há 40 alunos, tudo pode acontecer e esse professor deve estar bem preparado.

Também é imprescindível que ele tenha em seu curso Educação Artística, pois esta disciplina está sendo esquecida pelos professores, e com ela pode -se melhorar muito a aprendizagem da criança.

Sendo assim, a formação deve ser única, geral e básica, mas para que isto ocorra é fundamental que as Universidades e Institutos que formem professores tenham condições financeiras e pessoal qualificado para lidar com esta formação, dando toda a ajuda necessária ao futuro educador. É importante ressaltar que depois de formado o professor deveria ter uma supervisão direta da universidade pelo menos por 6 meses, pois se ele continuar tendo contato com a universidade, ele poderá sanar todas as suas dificuldades e dúvidas que forem surgindo conforme for caminhando o seu trabalho.

E ela coloca a seguinte posição: - Essa formação deve ser feita por todos os professores, mas aqueles que desejarem trabalhar com crianças mais comprometidas, como por exemplo, Síndrome de Down, estes sim, devem procurar fazer um curso de especialização. E como ela própria colocou, a formação do professor não acaba quando ele pega o seu diploma, mas continua a vida inteira, ele não pode parar no tempo, pois o mundo não pára, a cada dia ocorrem novas e muitas mudanças, "eu já estou com 70 anos , e tenho muito que aprender", assim todos têm que estar sempre se atualizando, a cada dia surgem novas técnicas, novos conceitos.

Para a segunda entrevistada a pergunta foi a seguinte:

- Como ficaram as antigas habilitações do curso de Pedagogia? Se extintas, como será a formação nesse caso, dos professores para atuação em educação especial? Perdas... Vantagens...

- Para responder esta questão, é necessário retomar alguns pontos dos princípios que orientaram a reformulação curricular de 98. Em primeiro lugar, a proposta curricular eliminou a fragmentação entre as antigas habilitações do curso de Pedagogia - Administração e Supervisão Escolar - ao propor componentes curriculares que tratam os conhecimentos

específicos relativos a estas áreas, **de forma articulada, integrada.** Assim, tanto as disciplinas teóricas - Gestão Escolar e Organização do Trabalho Pedagógico, Planejamento Educacional e escola e Currículo - quanto as práticas - Estágios supervisionados - abordarão de forma articulada e interdisciplinar estas áreas de formação, preparando o estudante para o conhecimento da totalidade do trabalho pedagógico da escola ou instituição fora dela.

Em segundo lugar, a base desta formação é a docência, portanto a **formação para a docência**, para o trabalho pedagógico á base da identidade da formação de nossos estudantes. Na concepção que hoje se desenvolve na área de educação especial, todos os professores em todos os níveis de ensino - em particular na educação básica - devem dominar os conhecimentos do trabalho pedagógico que saiba lidar com as **diferenças** em todas as suas manifestações. O nosso currículo atual incorporou disciplinas importantes presentes nas Habilitações anteriores, em especial a Educação Especial. O trabalho com o aluno em condições especiais insere-se nesta perspectiva. Com isso, não estamos querendo desprezar a formação mais especializada para lidar com estas crianças e jovens em instituições de atendimento especializado. Esta formação nunca fez parte da proposta do nosso curso de Pedagogia. Por último, e considerando os aspectos anteriores, a proposta de reformulação procurou lidar com o princípio da formação continuada, entendendo que não é possível desenvolver, em 4 ou 5 anos uma formação extensiva que possa cobrir todos os aspectos da formação profissional. Entendemos que o estudante uma vez no campo de trabalho, deve poder retornar para complementar, aprofundar e ampliar seus conhecimentos, continuamente, a partir das exigências colocadas pela prática social e profissional.

Em termos de perdas e vantagens deste novo currículo, acreditamos que ele permite uma visão mais abrangente do campo de atuação profissional. Estas modificações, aliadas à forma de organização das disciplinas do eixo prático e à possibilidade da pesquisa como um eixo que possibilita a intervenção na prática pedagógica, podem permitir aos estudantes uma formação sólida no campo da educação como professores/profissionais da educação.

Após terem sido apresentadas as entrevistas, é necessário entender como foi a reformulação do curso de Pedagogia em especial da Faculdade de Educação - UNICAMP.

No ano de 1997, na Faculdade de Educação houve um grande momento em que as atenções voltaram-se para uma nova proposta educacional onde professores e alunos estiveram engajados, nesta discussão. E também abordaram a nova LDB e a formação dos profissionais da educação, surgiram várias propostas que acabaram por resultar na reformulação do curso de Pedagogia, e apresentarei aqui brevemente o que foi mudado.

IV - Síntese das modificações introduzidas na nova proposta curricular¹⁰.

1. Termina a divisão entre as habilitações. Os alunos se formam as habilitações, garantindo o aprofundamento e ampliação dos estudos em disciplinas eletivas compostas em núcleos temáticos flexíveis, isto é, organizados em determinado espaço de tempo e para determinada(s) turma(s). Estes Núcleos Temáticos não se caracterizam enquanto habilitações ou especialidades.

2. Redução do curso de 4 anos e meio para 4 anos.

3. O curso passa a estruturar-se por módulos a serem desenvolvidos em períodos de 8 a 10 semanas (4 módulos/ano).

Exemplo: 1º. Bimestre - 2 disciplinas , cada uma delas concentrada em dois dias da semana com 4 horas (2ª. e 3ª. / 5ª. e 6ª. ou outras combinações), + Pesquisa Pedagógica (4ª. Feira). Essa estrutura cria novas possibilidades para o trabalho didático pedagógico na graduação, ao invés de permitir a concentração das disciplinas e o envolvimento dos estudantes com duas áreas ao invés de 5, medidas pelas disciplinas do "eixo prático" do novo currículo (Pesquisa Pedagógica , Metodologia de Ensino Fundamental, Práticas de Ensino e Estágios e TCC).

¹⁰ Reformulação do Curso de Pedagogia da Faculdade de Educação UNICAMP, 1997.

4. Ainda que se possa considerar como integradora do Núcleo Comum obrigatório algumas das disciplinas das atuais Habilitações Magistério da Educação Pré - Escolar e Educação Especial - Formação de Professores para Deficientes Mentais, os sub - grupos dessas Habilitações consideram que estas duas Habilitações devem merecer um tratamento específico no conjunto das modificações, que deve ser aprofundado quando da implementação das 300 horas de prática de ensino.

5. Sugere-se criação de disciplinas eletivas de 2 horas, ampliando o leque de possibilidades de oferta, isoladamente ou organizadas em núcleos temáticos.

6. A Prática de Ensino e os Estágios - totalizando 300 horas - passam a ser desenvolvidos articuladamente magistério/docência e demais funções no ensino fundamental e/ou educação infantil, e outras formas educativas. Durante os estágios os estudantes deverão ter oportunidade de contato com alunos especiais. Propõe-se que o estudante possa fazer opção por um dos núcleos temáticos, em 120 horas do total de 300.

7. Enquanto o MEC entender que a Portaria 399/89, que estabelece o registro profissional, bem como a Resolução 02/69, que regulamenta o curso de Pedagogia, encontram-se em vigência, dos diplomas de nossos alunos deverão constar todas as habilitações. Para efeitos legais de carga horária das disciplinas consideradas obrigatórias pela Resolução 02/69, que regulamenta o curso de Pedagogia, as ementas das novas disciplinas deverão contemplar os conteúdos das antigas habilitações.

8. Esta nova estrutura curricular exige que reivindicemos da Universidade a revisão da Portaria CEPE 600, que estabelece a carga didática/docente.

Em relação às atuais habilitações DM e Educação Infantil (antiga Pré - Escola), cabem algumas considerações. Estas são habilitações para a docência, diferentes, portanto, das habilitações que formam "especialistas" a partir da base comum para o magistério. Não há como desconsiderar que a atual Habilitação DM é composta de 16 disciplinas obrigatórias, sendo a habilitação mais extensa (3.120 horas). É praticamente impossível incorporar ao núcleo comum do currículo a totalidade das disciplinas e até mesmo todo conhecimento específico de que

tratam. O total de créditos desta Habilitação é de 52 créditos (16 nos estágios). Sendo assim, no que se diz respeito à DM , o sub-grupo deixa clara sua posição no documento que acompanha a Proposta de Reformulação: a formação mais "especializada" deverá ocorrer através de núcleos Temáticos e em cursos de extensão e especialização na perspectiva de formação continuada.

Mas com esta nova proposta a Educação Especial perdeu algumas disciplinas que eram fundamentais na formação do professor. Em entrevista com alunos do curso de Pedagogia da Faculdade de Educação - UNICAMP, fiquei a par de que as disciplinas que foram retiradas são as disciplinas oferecidas pela Medicina, onde os alunos aprendiam sobre as diversas síndromes e doenças genéticas, entre outras, e que para meu ver essas disciplinas ajudam muito o professor a compreender muitos comportamentos de seus alunos.

Análise dos Questionários

Analisando os questionários, podemos ver claramente que os alunos que se formaram na Faculdade de Educação - UNICAMP, dos 6 entrevistados apenas 1 está trabalhando com Educação Especial, a partir desta amostra, reforçamos o que já foi visto nesta pesquisa, que a maioria dos professores especializados em Educação Especial não estão atuando em sua área, pelo menos em termos de educação pública, através desta pequena amostra podemos notar que os alunos não foram atuar na área que foi investida neles, e quem sai perdendo é a educação pública que fica sem estes profissionais e quem assume essa educação são professores que em sua maioria não estão preparados e que possuem pouco ou nenhum conhecimento sobre pessoas portadoras de necessidades especiais. Infelizmente é isto que vem ocorrendo não só com a educação especial, mas com a educação em geral. As Universidades investem em seus alunos e no final do curso, a maioria desses alunos acabam por trabalhar em escolas particulares ou em lugares que não são ligados à educação.

Mas vemos que a professora que trabalha com uma classe especial da rede pública formou-se em uma faculdade particular. Infelizmente os outros 7 professores que trabalham na rede pública, não devolveram os questionários e isto prejudicou um pouco esta análise, pois seira muito interessante saber onde eles fizeram seus cursos de graduação e também saber um pouco mais da realidade escolar, para fazer uma análise comparativa dos dados, mas isto não foi possível.

Através das respostas dos alunos entrevistados, há um ponto em que a maioria coloca como um grande problema que é a relação teoria e prática, onde reclamam do excesso de teoria e a falta de prática, para enfrentar sua realidade profissional. Sendo assim, darei mais ênfase à esta questão por estar sempre presente nas respostas e justificativas.

A grande maioria dos entrevistados, apontam que um dos maiores problemas no curso de Pedagogia é aquele que diz respeito à relação teoria e prática. Pudemos constar esse problema com base nos questionários, onde os alunos (UNICAMP) responderam. Eles acreditam que fizeram um curso de Pedagogia de uma maneira muito fora da realidade, ou seja, a

teoria e os conteúdos que lhes foram passados não dão segurança no seu desempenho profissional.

E um dos entrevistados diz:

"O curso de Pedagogia - FE - UNICAMP, tem uma boa parcela de teoria. O difícil é colocar isto em prática. Não é logo no início do trabalho pedagógico, da maneira que gostaria que fosse. Falta relatos de experiências de início de trabalho durante as disciplinas na faculdade: os professores deveriam conhecer a realidade das escolas públicas, quando se fala em metodologia, avaliação. O bom é saber que tenho referências teóricas, tenho uma indicação de onde procurar soluções, mas assumir uma turma é muito diferente de elaborar planos ou discutir situações imaginárias na faculdade."

Sendo assim, as entrevistas revelam que a maior dificuldade enfrentada é a falta de preparo para a prática pedagógica. Criticam o curso de Pedagogia por não passar uma idéia do que será a realidade de uma sala de aula, e se fundamentam apenas na transmissão da teoria deixando de lado a prática. E o momento mais difícil é quando chega a hora de assumir o dia a dia de uma sala de aula. E um dos problemas, é não saber onde aplicar a teoria aprendida, e dizem que muitas vezes as teorias não se encaixam na realidade das salas de aula.

E para sanar este problema, a primeira professora universitária entrevistada, tem uma proposta: - Para ela seria de extrema importância que o aluno depois de formado, mantivesse uma supervisão direta da faculdade por pelo menos 6 meses, pois dessa maneira os alunos poderiam buscar apoio e sanar todas as suas dificuldades e dúvidas que surgissem conforme fosse caminhando o seu trabalho. Ela acredita que esta seria uma boa forma de ajudar esses alunos que sentem-se "perdidos" na hora de assumirem uma sala de aula. Tentando relacionar a teoria com a prática, com o auxílio de um professor universitário.

O interessante é que em momento algum criticam a falta de uma boa teoria para a formação, e sim apenas a falta de prática, colocam a culpa no despreparo para enfrentar a realidade das salas de aula, na falta de prática e não no despreparo teórico.

E para entender melhor, temos o seguinte argumento de um dos entrevistados:

"A metodologia de ensino, isto é, eu sei os fundamentos de cada disciplina, mas como levar os alunos ao desenvolvimento pleno? Isto a faculdade não nos dá em plenitude, nos dá pistas, mas não um quadro do se pode fazer."

O problema da relação teoria e prática é considerada por Saviani pela "falta de compreensão do que seja realmente teoria e prática normalmente é atribuído conteúdos errôneos a estes dois termos. Com frequência é atribuído à teoria um conteúdo correspondente à "verbalismo", e à prática o conteúdo de "ativismo". Por final, o que acaba acontecendo, e a defesa de um certo ativismo (ações sem fundamentos) em nome da prática, e à crítica ao verbalismo (palavras sem importância) que é chamado de teoria." (1990: p.05).

Segundo Sá (1992) o que acontece "é a crítica à teoria em defesa da prática, isto se dá, principalmente porque a teoria se aprende nos cursos de formação de professores, são deficientes, causando um despreparo imenso na hora de enfrentar uma sala de aula; acabam acreditando que o principal causador desse despreparo é uma certa distorção no conceito de teoria e prática que acaba por impedir a visão da "dependência", que a prática tem em relação à teoria e vice-versa".

Mas porque será que a maioria dos alunos (UNICAMP), reclamam tanto dessa falta de prática? Se no currículo do curso de Pedagogia pelo menos até 1997, havia muitas disciplinas com muita parte prática principalmente aquelas com a parte prática pedagógica, e os diversos estágios? Mas como cada caso é um caso não posso analisar estas questões, posso aqui apenas descrever o que eles responderam.

Um dos entrevistados coloca a seguinte posição: "A FE - UNICAMP, deveria ter mais professores comprometidos com o ensino público, que conheçam mais a dinâmica do ensino de 1º e 2º graus, que tenham estado dentro de uma sala de aula, não apenas como observadores. E principalmente evitar repetição de conteúdos o que faz o curso ficar cansativo e sem sentido".

E outro entrevistado ressalva: "Quando fiz o curso de Pedagogia, os alunos deram sugestões de que estruturasse o curso com disciplinas mais práticas: como exemplo, de oficinas, fizemos sugestões de como trabalhar por exemplo; as letras, os números, histórias a motricidade entre outras coisas, pois nem todos que estão num curso de Pedagogia fizeram o magistério, e assim seria interessante saber algo mais sobre como trabalhar esses conteúdos em uma sala de aula".

Observando o porque de tanta reclamação vemos que, grande parte coloca a " culpa " em alguns professores que eles tiveram, talvez por serem da mesma turma, tenham tido aulas com os mesmos professores esta Pode ser uma hipótese para a questão relacionada com teoria e prática.

Mas ao contrário dos alunos da FE - UNICAMP, a professora da classe especial, tem uma postura totalmente diferente nesta questão, ela nos diz o seguinte: "Todo o curso que é feito tem um problema que todos os profissionais, seja de qualquer área, reclamam: que os cursos não ensinam exatamente o que será na prática, mas a prática só se aprende praticando, o bom é poder relacionar a teoria e a prática, quando eu vivencio algum momento que me lembra alguns casos citados em sala de aula , debatido, é que eu vou lembrando o que o curso me havia passado, vou atrás de descobrir um embasamento teórico e analiso aqui e ali até achar o que pretendo".

Sendo assim, esta professora tenta relacionar a teoria a prática que ela vem construindo passo a passo com seus alunos. E também coloca "que é muito importante estar reciclando-se a cada dia, não é porque se consegue um diploma que está tudo acabado". Neste sentido vemos que a Reformulação do curso de Pedagogia - UNICAMP, também preocupou-se em estar reciclando esses profissionais e a segunda professora universitária entrevistada nos deixa à par da seguinte situação : "A proposta de reformulação procurou lidar com o princípio da formação continuada, entendendo que não é possível desenvolver em 4 ou 5 anos uma formação extensiva que possa cobrir todos os aspectos da formação profissional. Entendemos que o estudante uma vez no campo de trabalho deve poder retornar para completar, aprofundar e ampliar seus conhecimentos,

continuadamente, a partir das exigências colocadas pela prática social e profissional.

E Nóvoa (1992), também afirma "que a formação do professor tem que ser reflexiva, autônoma e o professor não deve parar quando se forma, mas estar continuamente atualizando-se."

A partir, desses dados, o que podemos concluir é que teoria e prática não se encontram em lados opostos como pensam muitos, uma depende da outra. Para o exercício da prática é necessário uma boa base teórica, esta por sua vez, necessita ser de boa qualidade para que se encaixe a realidade.

Concluimos, que a formação do professor não se faz de uma hora para outra; é um processo que não tem fim, pois a cada dia surge uma nova metodologia, há um novo conhecimento, e o professor tem que se conscientizar que para ser um bom professor ele deve estar sempre estudando fazendo cursos, aperfeiçoando-se, e não estacionar no tempo, acreditando que o que estudou foi suficiente.

Um dos entrevistados dá a seguinte sugestão para melhorar o ensino:

"A questão da educação no Brasil não é séria, é gravíssima. Desta forma creio que o nosso envolvimento deveria ser efetivo com a nossa realidade, isto é, os alunos deveriam ter mais chances de participar de projetos de pesquisa, de trabalho nas escolas, comunidades, para ajudar a melhorar este quadro. A faculdade deve ser um centro de reflexão para melhorar a situação nacional brasileira".

Considerações Finais :

A princípio quando comecei a fazer esta pesquisa tinha uma posição que acreditava ser a mais coerente e que jamais iria mudar minha opinião. Acreditava que um professor para atuar em classe especial, deveria se formar a nível de 3º grau, num curso de Pedagogia com habilitação específica em DM, mas através das leituras , das entrevistas principalmente, e também da reformulação do curso de Pedagogia, comecei a refletir sobre tudo que foi apresentado e pude perceber que a minha metodologia foi fundamental para eu perceber que realmente havia acontecido a exploração, que Lüdke e André , colocam quando expõe "que a coleta de hipóteses que podem ser modificadas à medida que novos dados vão sendo coletados". (1986: p.16).

E realmente foi através deste estudo que fui modificando a minha conclusão sobre o assunto, deparei-me com várias situações, e principalmente através das entrevistas e dos textos, pude perceber que o professor deve ter uma boa formação, não importa se ele vai dar aula para uma classe comum ou especial, pois dentro de uma sala de aula há várias crianças que podem apresentar problemas que não são necessariamente crianças com problemas mentais. E como o professor deve agir? Foi pensando assim , que posso concluir o meu trabalho defendendo a seguinte posição:

A formação do professor deve ser única, e não fragmentada como vem ocorrendo, ela deve ser pensada de maneira clara e correta , e deve começar no 2º grau com o curso de Magistério, pois se o professor tiver uma boa formação ele dará ao ensino a qualidade que tanto carece.

E vemos que através da reformulação do curso de Pedagogia, o curso de formação de professores está sendo pensado e dessa maneira acabar com as fragmentações e formar um professor por inteiro e não por partes.

E o professor não deve acreditar que por ter um diploma nas mãos não é necessário mais estudos , pois a educação continua mudando a cada dia, e ele tem que se aperfeiçoar e reciclar e continuar a sua formação.

Aqui termino o meu trabalho afirmando mais uma vez , não coloco um ponto final, pois esta discussão ainda está em aberto, e provavelmente muitas coisas serão mudadas no decorrer de cada ano.

Referência Bibliográfica:

- ANFOPE. **VI Encontro Nacional, Documento Final.** Belo Horizonte, M.G. , 1992.
- _____, **VII Encontro Nacional, Documento Final.** Belo Horizonte, M.G. , 1996.
- ANFOPE. **Boletim da Anfope.** Ano III, nº.5, 01/97
- BRASIL, MEC. **Plano Decenal de Educação para Todos.** Brasília, 1993.
- BRASIL, , **"Lei nº. 9394, de 20/12/96, Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional.** 1996.
- BUFFA, E.,NOESELLA,P. **"Formação de Professores de 1ª à 4ª séries: (Escola Normal e Pedagogia)".** in, III Congresso Estadual sobre Formação de Educadores, Águas de São Pedro,1994.
- CAIADO, K. R. M. **Concepções sobre Deficiência Mental Reveladas por Alunos Concluintes do Curso de Pedagogia - Habilitação Deficiência Mental.** 1993 UFSCAR, Dissertação de Mestrado.
- CHAGAS, V. **Formação do Magistério: Novo Sistema.** São Paulo, Atlas, 1976.
- _____,**Educação Brasileira: O Ensino de 1º e 2º Graus, Antes, Agora e Depois.** São Paulo, Saraiva, 1980.
- COSTA, G. B. **Uma Panorâmica das Transformações na Concepção de Alfabetização e Origem da Escola Normal em Campinas no Contexto Brasil - São Paulo (1850 - 1889).**Campinas - S.P., { s.n} , 1997.
- DROUT, R. C. R. **Distúrbios de Aprendizagem.** São Paulo, Editora Ática, 1990.
- FERREIRA, J. R. **A Construção Escolar da Deficiência Mental.** UNICAMP, Dissertação Doutorado, 1989.
- GERALDI, C. M. G. **"Um Salto de Qualidade na Discussão da Formação do Pedagogo Produzido pelo Trabalho Pedagógico Junto aos Cursos de Pedagogia".** in III Congresso Estadual sobre Formação de Educadores, Águas de São Pedro , 1994.

- GOFFMAN, E. **Notas sobre a Manipulação Deteriorada**. trad. Márcia B. N. L. Nunes, R. J. , Zahar Editores, 1982.
- GONÇALVES, C. L., PIMENTA, S.G. **Revendo o Ensino de 2º Grau: Propondo a Formação de Professores**. São Paulo, Cortez, 1990.
- IDE, S.M. **"Alfabetização e a Deficiência Mental"**, in *Revista Brasileira de Educação Especial*. pp. 41-45, 1992.
- JANNUZZI, G. M. **A Luta pela Educação do Deficiente Mental no Brasil**. São Paulo, Cortez, 1985.
- _____, **"Políticas Públicas e a Formação do Professor"**. in *Anais de Debates em Educação Especial*, pp. 1-10, Campinas, 1995.
- _____, **"As Políticas e os Espaços para a Criança Excepcional"**. in Freitas M. C.,(org.), *"História Social da Infância no Brasil"*, pp.183-224, São Paulo, Cortez, 1997.
- JORGE, E. B. **Formação de Professores**. Campinas - S.P. { s.n.} 1989.
- KASSAR, M. C. **A Deficiência Mental na Voz das Professoras**. UFMS/Campo Grande, Dissertação de Mestrado, 1993.
- LÜDKE, M. ANDRÉ, M. E. D. **Pesquisa em Educação: Abordagens Qualitativas**. São Paulo, EPU, 1986.
- MAZZOTTA, M. J. S. **Educação Escolar: Comum ou Especial?** São Paulo, Pioneira, 1987.
- _____, **Trabalho Docente e Formação de Professores de Educação Especial**. São Paulo, EPU, 1993.
- _____, **Educação Especial no Brasil: História e Políticas Públicas**. São Paulo, Cortez, 1996.
- NÓVOA, A. (org.).**Os Professores e a sua Formação**. Lisboa, Dom Quixote, 1992.
- OMOTE, S. **"Aspectos Sócio-Familiares da Deficiência Mental"**. in *Revista Marco*. Vol.1 pp. 99-113, 1979
- _____, **"A Deficiência como Fenômeno Socialmente Construído"**. Marília, Unesp, mimeo s/d.
- _____, **"Formação do Professor de Educação Especial"**. Marília, UNESP, mimeo 1996.
- _____, **"Dificuldades e Perspectivas para Habilitação em Educação Especial"**. Marília, UNESP, mimeo s/d.

- PADILHA, A. M. L. **O Encaminhamento de Crianças para a Classe Especial: Possibilidades de Histórias ao Contrário.** UNICAMP, Dissertação de Mestrado, 1994.
- RIBAS, J.B.C. **O que São Pessoas Deficientes.** São Paulo, Ed. Brasiliense, 1983
- ROMANELLI, O .O. **História da Educação no Brasil (1930-1973).** Petrópolis. Vozes, 1985.
- SÁ, A. F. **Formação do Educador.** Campinas- S.P. { s.n.}, 1992.
- SAVIANI, D. **"Contribuições da Filosofia para a Educação"** in Em Aberto. Brasília , Ano IX n°. 45, janeiro/março 1990.
- _____. **A Nova Lei da Educação (LDB): Trajetórias, Limites e Perspectivas.** Campinas, Autores Associados, 1997.
- _____. **Da Nova LDB ao Novo Plano Nacional de Educação: Por uma Outra Política Nacional.** Campinas, Autores Associados, 1998.
- SFORNI, M. S. F. " **A Feminização do Corpo Docente na Democratização do Ensino no Século XIX "**. in, Seminário, Docência ,Memória e Gênero, pp.185-190, São Paulo, EP, 1997.
- SILVEIRA, J.G.B. **Educação Especial Brasileira: Integração/Segregação do Aluno Diferente.** São Paulo, EDUC, 1993.
- SMOLKA, A. L. B. **A Criança na Fase Inicial da Escrita.** São Paulo, Cortez, 1988.
- WEREBE, M. J. G. **30 Anos Depois. Grandezas e Misérias do Ensino no Brasil.** São Paulo, Ática, 1994.

Anexo:

Pesquisa aplicada para professores de Educação Especial

I - Identificação:

Nome _____

Data de nascimento _____ Estado Civil _____

Endereço: Rua/Av. _____

Apt° _____ Bairro _____

Cidade _____ Estado _____ Cep _____

Ocupação Atual _____ Tempo de Serviço _____

Vínculo Empregatício:

() efetivo () contratado () substituto

() estágio remunerado () outro

Endereço da instituição: _____

_____ Tel. _____

II - Formação Acadêmica:

1. Universidade: _____

Ano de ingresso no curso _____ Ano de Conclusão _____

Habilitação em Educação Especial: _____

Habilitação Específica por deficiências _____

_____ DF()

_____ DV()

_____ DA()

_____ DM()

Outra Habilitações _____

2. Outros Cursos: (Nome, Universidade/ Faculdade, duração e conclusão)

- Graduação: _____
- Aperfeiçoamento: (180 hs) _____
- Extensão Universitária: (30hs) _____
- Especialização: (360 hs) _____
- Mestrado : (início) _____ (término) _____
- Doutorado: (início) _____ (término) _____

III -

1. Você está trabalhando como professor de Educação Especial?

() sim

() não

2. Onde trabalha? Com que clientela?

2.1 Rede Estadual: classe regular: _____

classe especial: _____

sala de recursos: _____

professor itinerante: _____

outros: _____

Há quanto tempo: _____

2.2 Rede Municipal: classe regular: _____

classe especial: _____

sala de recursos: _____

professor itinerante: _____

Há quanto tempo? _____

2.3 Escola Especial:

Nome: _____

Idade da clientela: _____

Tipos de deficiências atendidas: _____

2.4 Centro de Reabilitação:

Nome: _____

Endereço: _____

2.5 Clínica:

Nome: _____

2.6 Outros: _____

3. Está desenvolvendo outras atividades profissionais?

() sim () não

Quais? _____

4. Especifique os trabalhos anteriores, dos últimos 5 anos, que tenha exercido na área de educação especial. Especificar o local, tipo de clientela, tempo de serviço, motivo da saída.

5. Você está satisfeito com sua área de atuação profissional?

() sim () não

Justifique. _____

6. Você considera que seu desempenho tenha sido:

muito bom

bom

regular

fraco

Justifique _____

7. Você tem encontrado dificuldades na sua atuação como professor de Educação Especial? Classifique as determinativas de 1 a 9 conforme a ordem de dificuldade, sendo a 1 para a de menor e a 9 de maior dificuldade.

salariais

recursos materiais

orientação pedagógica

relações profissionais

metodologia de ensino

dúvidas teórico metodológicas

conteúdo programático

nas relações com os alunos

outros _____

8. Que tipo de ajuda você busca para sanar tais dificuldades?

auxílio de outros profissionais

bibliografia complementar

apoio da universidade

cursos complementares

outros _____

9. Você gostaria de exercer alguma profissão? Qual? Por que?

10. Qual o conceito que você atribui ao curso que você fez na área de Educação Especial?

muito bom

bom

regular

fraco

Justifique

11. O curso que você fez possibilitou a formação necessária e adequada para você exercer a sua profissão atual?

sim

não

em parte

Justifique

12. Que contribuições o seu curso trouxe para a sua atuação na área?

- teóricas
 - sobre a realidade escolar
 - sobre a deficiência
 - sobre o processo ensino-aprendizagem
 - outras _____
-
-

13. Há aspectos importantes que você observa na sua prática profissional e que deixaram de ser abordados no seu curso de graduação? Quais?

14. A formação do professor para Educação Especial deve ser feita em que nível?

- 2° grau.
- 3° grau: com uma única habilitação em Educação Especial, do curso de Pedagogia, incluindo todas as deficiências.
- 3° grau : com habilitações específicas, por deficiências (DM, DV,DA,DF), no curso de Pedagogia.
- Especialização a nível de Pós-graduação

Justifique _____
